

Religião e reformas sociais: uma leitura do discurso da esquerda católica brasileira no campo político do pré-golpe (1960-1964)¹

Fábio Pires Gavião*

Resumo: Este artigo busca analisar a construção e performance do discurso da esquerda católica brasileira no período 1960-1964; dentro do contexto político que vai do final do governo JK ao Golpe de 1964. Por meio de uma abordagem centrada principalmente numa análise do discurso político, segundo as sugestões teóricas do historiador J. G. A. Pocock, e na noção de *campo político* elaborada pelo sociólogo Pierre Bourdieu, essa pesquisa permitiu criticar algumas interpretações constantes na bibliografia especializada sobre o tema, principalmente no que toca às matrizes políticas e filosóficas dessa militância. Trabalhamos com documentos internos das organizações da esquerda católica (*Juventude Universitária Católica* – JUC, *Ação Popular* – AP, *Partido Democrata Cristão* – PDC e o jornal “*Brasil, Urgente*”- BU) e a análise evidenciou a participação da esquerda católica ao lado de outras organizações e movimentos sociais que lutaram pela realização das chamadas reformas de base, no processo de polarização política que levou à supressão do regime democrático então vigente.

Palavras-chave: movimentos sociais; mudança social; esquerda católica; religião

Abstract: This article searches to analyze the construction and performance of the speech of the brazilian left catholic in the period 1960-1964; inside of the context politician who goes of the end of government JK to the Blow of 1964. By means of a boarding centered mainly in an analysis of the speech politician, according to theoretical suggestions of historian J. G. A. Pocock, and in the notion of *field politician* elaborated for the sociologist Pierre Bourdieu; this research allowed mainly to criticize some constant interpretations in the bibliography specialized on the subject, in what it touches the philosophical and politics matrices of this militancy. We worked with internal documents of the organizations of the left catholic (*Juventude Universitária Católica* - JUC, *Ação Popular* - AP, *Partido Democrata Cristão* - PDC and the periodical “*Brasil, Urgente*” - BU) and our analysis evidenced the participation of the left catholic to the side of other organizations and social movements that had fought for the accomplishment of the calls base reforms, in the polarization process politics that took the suppression of the democratic system effective then.

Keywords: social movements; social change; left catholic; religion

¹ Este artigo é uma adaptação do capítulo 2 e do item 3.1 do capítulo 3 de minha dissertação de mestrado. Vale frisar que para a crítica da sustentação de algumas afirmações e interpretações do presente texto, é indispensável a leitura do trabalho completo: GAVIÃO, Fábio Pires. *A “esquerda católica” e a Ação popular (AP) na luta pelas reformas sociais (1960-1965)*. (Dissertação de mestrado em História) IFCH-UNICAMP, Campinas, 2007.

* Fábio Pires Gavião é licenciado e bacharel em História pela UNESP- Franca (2003), Mestre em História Política, Memória e Cidade pela UNICAMP (2007), atualmente é professor do ensino médio e fundamental da Rede Pública de Ensino do Estado de São Paulo. E-mail: hgavião@msn.com.

1. Introdução.

A chamada esquerda católica brasileira que se organizava em fins da década de 1950 conheceu alguma heterogeneidade. No conjunto de sua rede de sociabilidade, as pessoas atuavam de diferentes maneiras, em diferentes tipos de organizações, por meio de um apostolado oficial da Igreja Católica ou fora dele. Seus membros eram oriundos da Ação Católica (AC) entre os adultos, e, principalmente, de sua ala de juventude - Juventude Estudantil Católica (JEC), Juventude Operária Católica (JOC) e Juventude Universitária Católica (JUC). O Movimento de Educação Popular (MEB), os Sindicatos Rurais Católicos e outros movimentos de caráter mais local, também eram possíveis espaços de atuação dos militantes da esquerda católica brasileira.

Essa militância espalhava-se por grande parte do território nacional, mais densamente nas respectivas capitais dos estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Bahia e Pernambuco. Também havia organizações não confessionais como a Ação Popular (AP), alguns parlamentares do Partido Democrata Cristão (PDC) e de outros partidos e ainda os colaboradores, articulistas e editores do jornal “Brasil, Urgente” (BU). Podemos somar os que atuavam por meio das entidades do movimento estudantil secundarista e universitário e dos grupos de alfabetização popular inspirados no método do educador Paulo Freire. Entretanto, o que garantia certa coesão a esses agrupamentos engajados era a luta pelo estabelecimento de uma identidade político-religiosa e o núcleo duro de um projeto político: transformações estruturais significativas da sociedade brasileira, na direção de uma maior justiça social.

Nesse artigo, a título de amostragem, trabalharei com o polêmico texto do *ideal histórico* da JUC de 1960; o *Documento-base* da AP de 1963; a *Proposta de linha tática para o PDC* de janeiro de 1964; e ainda, com alguns artigos do jornal “Brasil, Urgente”. Vale adiantar que a AP surge oficialmente em 1962, principalmente por iniciativa de militantes da JUC, e que nos dois anos que antecederam ao golpe civil-militar de 1964, não é possível traçar contornos muito definidos para a atuação de uma e de outra, já que elas se confundem, havendo muitos que nelas tiveram uma dupla militância.

A esquerda católica brasileira pré-1964 conta com bibliografia especializada. Os primeiros estudos foram escritos já na década de 1960 e 1970, inaugurando o campo de pesquisa e debate. Tratando da esquerda católica de um modo amplo, temos: Mendes (1966) que, embora simpatizante da esquerda católica, realizou, imediatamente após o golpe, uma análise crítica daquela experiência, buscando apontar seus limites e problemas políticos, ideológicos e programáticos. Nos EUA, Kadt (1970) traduzido para o português (KADT, 2003), analisou as iniciativas daqueles militantes como uma manifestação de radicalismo juvenil, resultante da

infiltração da “ideologia comunista” dentro da Igreja Católica. Não muito distantes foram as abordagens de Floridi (1973) da Itália e de Gallejones (1965), este último elegendo a AP como alvo privilegiado de combate.

Um segundo bloco bibliográfico, cujos autores foram ou são militantes de uma Igreja engajada nos problemas sociais e que foram agentes dos processos que narram e analisam, se concentrou na história da JUC e na AP pré-1964; utilizou as obras anteriores e institucionalizou etapas e interpretações que vêm sendo arrastadas nos trabalhos mais recentes. Escrito majoritariamente por sociólogos no período da abertura democrática do início da década de 1980, esse bloco esforçou-se por entender a esquerda católica na perspectiva das evoluções mais amplas na história da Igreja Católica no Brasil. Do ponto de vista metodológico, evidencia-se em especial a articulação das relações entre a Igreja Católica e o Estado. Nesse quadro, encontramos não as acusações de radicalismo, e sim assertivas que relatam: “a abertura da Igreja para a realidade”, “o engajamento no temporal” dos católicos, “a esquerdização do catolicismo brasileiro”, tudo bastante identificado e entendido como se tratando dos primeiros passos adiante da Igreja rumo à “opção preferencial pelos pobres”, antecedentes dos desdobramentos do Vaticano II e das Conferências Episcopais de Puebla e Medellín no catolicismo latino-americano.

Como atentava Maria de Lourdes Mônaco Janotti, na ocasião de um debate realizado no 28º Simpósio Nacional de História da ANPUH - mediante os resultados de uma pesquisa coletiva realizada em 1995 - ao analisar a produção acadêmica relativa à esfera do político nos programas de pós-graduação em São Paulo:

A Igreja Católica Apostólica Romana é considerada um órgão privilegiado do exercício de poder. Ora ligada ao Estado, ora a ele se interpolando, mas sempre parceira no domínio da sociedade. Sua organização e prática são examinadas no âmbito interno da instituição e em suas estratégias de conquista e manutenção de influência nas áreas públicas e privadas. Igualmente as contestações à hierarquia católica e ao seu conservadorismo, no período anterior à Teologia da Libertação, são estudadas dentro de seus quadros. A concepção desse tema é marcada, em vários trabalhos, de forma implícita ou explícita, pelo aparecimento da Teologia da Libertação, categoria conceitual máxima que periodiza externamente os conteúdos. Permite também nuançar o reacionarismo anterior da Igreja e abrandar o julgamento dos historiadores. É o presente que influi diretamente na visão do passado.(MARSON; JANOTTI; BORGES, 1999).

Fruto do contexto acadêmico no qual se realizou tal produção, a principal preocupação teórica de fundo foi o debate, em termos marxistas, da relação dialética entre ideologia e práxis nos movimentos sociais. Refiro-me às obras: Lima (1979), Sigrist (1982), Souza, L. (1984), Beozzo (1984) e Semeraro (1994).

Mais recentemente, um terceiro bloco buscou tratar toda a história da AP (1962-1980) ou analisar momentos específicos de sua trajetória por meio de recortes temático, regional ou

temporal. Bastante ancorados não só nos documentos internos da organização, os autores se valeram da história oral, dando voz à memória de ex-militantes. Podemos dizer que esse bloco se preocupou mais com a da história da AP pós-1964, sendo que foi, a meu ver, pouco crítico em relação ao período e aos trabalhos anteriores.

De modo geral, esses últimos trabalhos acompanharam com proximidade o processo de deslocamento da AP dos espaços de militância da esquerda católica para os espaços de militância clandestina contra o regime militar no Brasil. Por esse motivo, não seria adequado caracterizar esses trabalhos como preocupados propriamente com as questões da esquerda católica. Refiro-me aos trabalhos: Lima; Arantes (1984), Oliveira Jr. (2000), Ridenti (2002), Dias (2003), Oliveira (2005) e Sales (2005). Sobre o PDC contamos com o trabalho pioneiro de Áureo Busetto (BUSETTO, 2000). Por fim, outros trabalhos que tiveram como objeto o jornal “Brasil, Urgente” têm grande relevância para o estudo da esquerda católica pré-1964: Botas (1983), Antunes (1999) e Souza (2003).

A abordagem proposta em meu trabalho, que julgo distinta das anteriores, situa-se neste profícuo intercâmbio transdisciplinar entre correntes teóricas da lingüística e das ciências humanas e sociais contemporâneas, cujo olhar do historiador quase sempre desembocará em maneiras de praticar uma história do discurso ou uma história social da cultura. Oriento-me nas sugestões do historiador inglês J.G.A. Pocock (2003), de quem extraio uma maneira ampla de conceber o discurso político e de trabalhá-lo na perspectiva histórica².

As perspectivas abertas pela “sociologia das práticas” de Pierre Bourdieu podem contribuir para novas abordagens no campo da história política. Não pretendi proceder a uma aplicação total de um “modelo”, mas sim recorrer principalmente à noção de *campo*, e mais precisamente a de *campo político*, tais como forjadas por Bourdieu³. Acredito que esses instrumentos vêm em proveito de uma análise **relacional** das práticas discursivas e não discursivas dos agentes que trabalho, e ainda para uma compreensão problematizada de suas “tomadas de posição”.⁴

² “O discurso político obviamente é prático e animado por necessidades do presente, mas não obstante está constantemente envolvido em um esforço por descobrir quais são as necessidades presentes da prática, e as mentes mais vigorosas que o utilizam estão constantemente explorando a tensão entre os usos lingüísticos estabelecidos e a necessidade de usar as palavras de novas maneiras.”(POCOCK, 2003, p. 37).

³ Para um estudo da noção de campo político de Pierre Bourdieu consultar: BOURDIEU, Pierre. A representação política: elementos para uma teoria do campo político. Cap. 7. In: _____. *O Poder Simbólico*. 6ª ed.. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003, pp. 163-207.

⁴ “[...] tratando-se de compreender uma tomada de posição política, programa, intervenção, discurso eleitoral, etc., é, pelo menos, tão importante conhecer o universo das tomadas de posição propostas em concorrência no interior do campo como conhecer as pressões dos laicos de quem os responsáveis por tais tomadas de posição são os mandatários declarados (a base): uma tomada de posição, como o nome diz às mil maravilhas, é um ato que só ganha sentido relacionalmente, na diferença e pela diferença, no *desvio distintivo*.[...] este ‘sentido prático’ das tomadas de posição possíveis e impossíveis, prováveis e improváveis para os diferentes ocupantes das diferentes posições é o que lhe permite “escolher” as tomadas de posição convenientes e convencionadas, e evitar as tomadas de posição “comprometedoras” que fariam com que se encontrasse com os ocupantes de posições opostas no espaço do campo político.” (BOURDIEU, 2003, pp. 171-172, grifo do autor).

A partir da atuação da esquerda católica no espaço de intersecção entre o *campo* de militância católica e o *campo* da política estudantil, espaços estes integrantes do *campo político* nacional mais amplo (principalmente focado em sua fração à esquerda), busquei entender e explicitar as tomadas de posição materializadas no discurso dessa militância. Tratando-se de um esforço de uma análise relacional, o recorte do objeto de estudo não poderia ser em demasiado circunscrito, ou seja, não foi nosso objetivo o trabalho monográfico de uma organização apenas, sendo que este foi o procedimento da maioria dos trabalhos anteriores. Portanto, a própria perspectiva metodológica apontou para uma ruptura com produção pertinente. Ao cabo, os resultados da pesquisa permitiram um esboço histórico-conceitual da esquerda católica pré-golpe.

2. A JUC no movimento estudantil.

No interior da UNE, ou seja, na composição dos seus quadros dirigentes, desde 1956 ocorreu uma hegemonia de estudantes socialistas e comunistas, num primeiro momento, mas que gradativamente perdeu espaço para a liderança católica representada pela Juventude Universitária Católica (JUC) e em seguida, já no início da década de 60, para a Ação Popular (AP). (SANFELICE, 1986, p.18).

Adverta-se, porém, que essa hegemonia católica aludida por Sanfelice não era absoluta, mas sim compartilhada com os setores marxistas. Esta hegemonia católica compartilhada (na verdade, do setor político da JUC) não pode ser creditada a uma adesão das bases estudantis ao discurso religioso da JUC, mas sim, àquilo que nesse discurso de formação de uma identidade para a esquerda católica era absorvido da polarização que vivia o movimento estudantil no contexto pré-1964 e por sua crítica a um marxismo ortodoxo. Segundo a interpretação por nós defendida, foi a aliança com os demais setores de esquerda e a busca de homogeneizar o discurso dos grupos que partilhavam o poder na União Nacional dos Estudantes (UNE) que explica a emergência de categorias teóricas marxistas nos documentos da JUC no período de 1960 e 1961.

O texto preparado pela Equipe da Regional Centro-Oeste, que foi fonte das maiores polêmicas no “Congresso dos 10 anos” da JUC e nos meios de militância católica em 1960, aproveitava a “deixa” das discussões sobre o ideal histórico inspirado no filósofo católico francês Jacques Maritain, e preparava a candidatura de Herbert José de Sousa (Betinho) à presidência da UNE (gestão 1960/1961) no seu 23º Congresso Nacional realizado no mês de julho, candidatura que acabou não ocorrendo.⁵

⁵ A sugestão para que a JUC buscasse uma unidade de pensamento em torno da noção de ideal histórico maritainiano e o estabelecimento de “princípios médios” diretivos para a ação foi feita pelo assistente da JUC de Recife Padre Almey Bezerra, por meio de texto debatido por ocasião do 9º Conselho Nacional realizado de 12 a 18 de julho de 1959: Bezerra, A..Da necessidade de um ideal histórico. In: *Boletim Nacional da JUC*. Rio de Janeiro: Baptista de Souza & Cia., 1959, nº 2, pp. 37-39.

Nessa perspectiva, o que estava em jogo não eram os interesses propriamente da JUC, mas sim do “grupão”, grupo da situação na UNE, composto por membros da JUC, socialistas independentes e de estudantes ligados ao Partido Comunista Brasileiro (PCB). Entretanto, se por um lado, os membros do setor político da JUC postulavam a presidência da UNE em 1960, e para isso faziam alianças, por outro, não poderiam apresentar-se com um discurso que não contemplasse a própria JUC, sob pena de desligar-se de sua própria base e perder sua identidade distintiva em relação aos demais setores em concorrência no movimento estudantil. Como veremos adiante, o polêmico texto da Equipe Centro-Oeste apresentado no “Congresso dos 10 anos” atendia perfeitamente a essas demandas: as de natureza interna (bases jucistas) e as de natureza externa (aliança com os setores marxistas para a manutenção da hegemonia na UNE). Tem-se assim o curioso amalgama entre cristianismo e marxismo na construção da esquerda católica no Brasil em 1960.

O documento discutido e aprovado no “Congresso dos 10 anos” e publicado no Boletim Nacional - “Algumas diretrizes de um ideal histórico cristão para o povo brasileiro”⁶ - foi exposto por Antônio Otávio Cintra, em nome da Regional Centro-Oeste e expressava a intenção da JUC de atuar de maneira coesa no movimento estudantil nacional. O texto conta com introdução e quatro itens de diretrizes (religiosas, econômicas, políticas e política internacional) e termina com considerações sobre a realidade religiosa brasileira. O item que gerou mais polêmicas foi justamente aquele que tratou das tomadas de posição no plano econômico, ou seja, o item segundo - “linhas de um ideal histórico econômico”-, que passamos a analisar:

Para a comunidade brasileira, nesta segunda metade do século XX, delineiam-se, como opções básicas, a se concretizarem numa realidade econômica futura, mas que o presente deve preparar, a superação da fase de “subdesenvolvimento” em que nos encontramos; e, ao mesmo tempo, a abolição de nossas amarras ao campo de gravitação do “capitalismo” tal como este historicamente se realizou. (Ibid., p. 27).

O que se sugere é que no presente (1960), deve-se precipitar um processo de transição. Não se trata de uma opção revolucionária, e sim de um processo o mais “pacifista” possível. O capitalismo é identificado pelo texto da Regional Centro-Oeste como causa maior do subdesenvolvimento brasileiro, desse modo, desenvolvimento significa superação do capitalismo. O que visa o ideal histórico econômico do cristão brasileiro é:

A opção pelo desenvolvimento: que significado tem a opção pelo desenvolvimento, que a consciência cristã entrevê como constitutiva do ideal histórico presente na sociedade brasileira? Esse significado só pode ser o da constituição de economia harmônica, suficientemente autônoma, não submetida ao livre jogo das trocas internacionais, comandados pelos ciclos dos países economicamente dominantes, é ela política egoística dos monopólios (trustes, cartéis, HOLDINGS, etc.). (Ibid., p. 27).

⁶ Equipe Regional Centro-Oeste. Algumas diretrizes de um ideal histórico cristão para o povo brasileiro. In: Boletim Nacional da JUC. Rio de Janeiro: Baptista de Souza & Cia, 1960, nº 4, pp. 25-35.

Como observado, é um rompimento com o sistema econômico mundial que se propõe como alternativa para o desenvolvimento, postura claramente antiimperialista no quadro da Guerra Fria, um ano depois da Revolução Cubana. O nacionalismo é mote que permeia. Mais a diante, o texto começa a explicitar mais concretamente quais os alvos a serem atingidos.

- *A nacionalização* (seja no sentido mais vasto, seja no mais particular de estatização, impondo-se esta última, particularmente entre nós, na ausência de associações, cooperativas e outros aparelhos organizados, enfim, representativos das diversas comunidades distintas da política, e que possam assumir o controle e a responsabilidade dos bens e riquezas que sofrerem tais medidas) dos setores produtivos básicos, e das categorias de bens cuja apropriação privada ponha em risco o bem-comum. Nota: Também grandes fortunas, cuja própria posse ponha em perigo o bem da comunidade, devem ser expropriadas, neste caso não devendo ser indenizados os proprietários. (Vide J.-Y. Calvez et. J. Perrin – *Église et société économique*, os. 278, 279, 280, e págs. 287, nota 96).
- *Socialização*, nas regiões em que o bem das comunidades locais assim o exigir, ou quando o bem mais vasto da comunidade total brasileira o impuser, da propriedade fundiária.
- *Instituição da cogestão operária*, substituindo-se ao desumano sistema empresarial e de salariado capitalista. (grifo do autor) (Ibid., pp. 28-29.).

O texto continua argumentando que, embora a doutrina social da Igreja e os filósofos cristãos adeptos do tomismo sejam claros em acentuar o papel “supletivo” do Estado na vida da “cidade”, no caso brasileiro, este seria mister no processo de transição para um regime que substituísse o capitalismo, mas não se trata de uma “ditadura do proletariado”, pois, sugerem que deveria ocorrer:

- *“Substituição da economia anárquica, fundada no lucro, por uma economia organizada dentro das perspectivas totais da pessoa”* (p. 120. *Le personnalisme*. Emmanuel Mounier). Tal diretriz implicará, entre outras medidas, planificação da economia nacional, de início feita sob comando principal do Estado (o que não exclui, obviamente, a vigilância e o controle a serem sobre ele exercidos pelos organismos profissionais, principalmente da parte dos sindicatos operários) e a seguir, desde que se crie a “organização econômica nacional” independente do Estado (agrupando as associações e cooperativas de todos os ramos da Economia, vide carta de Pio XII a Flory, 10 de junho de 1946) passará ao comando desta.
- *Eliminação do anonimato de propriedade capitalista*, sob forma das grandes e poderosas sociedades anônimas; eliminação dos leviatãs transcendentais, desligados das pessoas, que são as empresas capitalistas; em todo o domínio econômico, a esse anonimato e transcendência, dever-se-ão substituir instituições em que *prime a responsabilidade pessoal*.
- *Orientação das forças produtivas nacionais no sentido de real satisfação das necessidades do povo brasileiro*, hierarquizadas, segundo critérios de urgência – alimentação, vestuário, habitação, saúde – e de essencialidade à estruturação harmônica da economia (setores infra-estruturais com preferência aos de bens de consumo, entre estes, preferência aos artigos de primeira necessidade sobre os supérfluos, etc.)
- *Abolição da “condição proletária”*, enquanto esta signifique a espoliação de grandes massas brasileiras, cujo trabalho produz as riquezas nacionais, dos benefícios dessa produção; a classe operária, enquanto representa o grupo dos que são obrigados a vender seu trabalho no mercado, em troca do salário não correspondente ao valor de sua cooperação no processo produtivo, e que não participam da gestão desse mesmo processo produtivo – e não enquanto grupo funcional simplesmente – deverá desaparecer. A instituição da propriedade

societária, que já mencionamos; do direito de cogestão da empresa; de legislação que assegure a recepção dos proventos realmente correspondentes ao seu esforço produtivo, etc., eis algumas medidas que permitirão que se concretize esta diretriz do ideal histórico presente do povo brasileiro. (grifo do autor) (Ibid., pp. 28-29.)

Como visto acima, os autores reconhecem a teoria da mais-valia, porém não a luta de classes e seus colorários. No que concerne às posições políticas e filosóficas, os jucistas conservavam-se, de maneira geral, na mesma linha dos autores humanistas cristãos franceses, não reconhecendo a necessidade da abolição da propriedade privada dos meios de produção nem mesmo como programa máximo, contornam o problema, acreditando ser possível controlá-la, socializá-la, convertê-la aos interesses do “bem comum” ou das necessidades da “pessoa humana”. Na análise dessas tomadas de posição da JUC, localizamos a convergência com o PCB em seu programa mínimo (reformista) da época, o que permitia a aliança no movimento estudantil, contudo, necessário para a construção e distinção de uma posição própria, criticava-se o programa máximo, ou seja, a implantação da ditadura do proletariado e a forma comunista da propriedade dos meios de produção. Não se aceitava também o alinhamento nacional ao bloco soviético, tendo em vista o desprestígio daquela potência após os relatórios que delatavam uma ditadura. Segundo nossa interpretação, a tática adotada buscou absorver a polarização do movimento estudantil daquele contexto, por meio de posições referenciadas na esquerda e que atraíssem o maior número possível de aderentes, recusando-se posições mais rígidas: ditadura, comunismo e revolução armada. Esta posição não se alterou fundamentalmente com a organização da AP em 1962, como veremos a seguir. Deflagrada a crise com a hierarquia em 1960 e com o surgimento da AP, a JUC foi afastada da atuação política até sua completa desmobilização em 1968.

Assim como tantos outros autores, Maritain, Lebreton, Chardin e Mounier compunham o rol de filósofos responsáveis pelo desenvolvimento do humanismo cristão francês da primeira metade do século XX. O humanismo cristão, do qual o personalismo de Mounier seria uma variante, se caracterizaria por uma filosofia política de Terceira Via, que buscava resistir às classificações “de direita” ou “de esquerda”. Esse ideário sofreu uma *re-performance* no discurso dos jucistas e depois apistas que se engajavam no movimento estudantil e na problemática política brasileira na virada da década de 1950 para 1960, ou seja, no debate sobre as estratégias para o desenvolvimento econômico brasileiro; ele foi utilizado para a construção de uma identidade político-religiosa distinta, que se queria mais à esquerda das gerações de militantes católicos anteriores (integralistas, conservadores e democrata-cristãos).

A esquerda católica (JUC, depois AP e um setor do PDC) buscou diferenciar-se dos concorrentes/aliados marxistas (PCB, trotskistas e independentes, depois Partido Comunista do Brasil – PC do B e Política Operária – Polop) enfatizando os elementos anticapitalistas da doutrina social da Igreja e do humanismo cristão, negando o comunismo soviético, o materialismo histórico,

a ditadura do proletariado, o ateísmo e a abolição da propriedade privada dos meios de produção. Em nome de uma perspectiva filosófica chamada de realismo, o humanismo cristão também foi utilizado pelos militantes para creditar com o *capital simbólico* cristão/católico as reformas sociais reclamadas pelos setores mais à esquerda do *campo político* então vigente. Para além, tanto Maritain quanto Mounier foram pertinentes aos jucistas engajados no movimento estudantil, já que estes filósofos católicos promoviam uma espécie de ecumenismo político, defendendo a idéia de que os cristãos, que deveriam ser combatentes das injustiças sociais, em momentos estratégicos, poderiam e deveriam cerrar fileiras com os marxistas.

3. A AP e o documento-base.

O 25º Congresso da UNE elege o fundador da AP Vinícius Caldeira Brant para presidente na gestão 1962/1963, depois seria a vez de José Serra, também militante da AP. Consolidada a hegemonia no movimento estudantil, a AP busca ampliar sua inserção entre os trabalhadores rurais e urbanos, disputando com outros partidos e organizações o papel de vanguarda no processo de “conscientização das massas populares” no sentido de chamá-las a protagonizar a transformação da sociedade brasileira.

Foi com o documento-base que a AP se lançou no *campo político* nacional buscando se distinguir de seus parceiros de “frente única”. O documento fundador revela uma relação ambígua com o marxismo. O documento-base sugere também que a AP não queria falar apenas em nome de uma esquerda católica, já que não há uma só referência explícita à doutrina social da Igreja, a documentos pontifícios ou a autores humanistas cristãos, nem mesmo a palavra “cristão” aparece no texto. Isto não significa que há uma ruptura com a trajetória imediatamente anterior. Em seus fundamentos filosóficos, o documento-base segue a trilha do “ideal histórico” da JUC, principalmente quando adere às noções do Padre Henrique de Lima Vaz, ele próprio entusiasta da AP e inspirado no filósofo católico francês Emmanuel Mounier. Contudo, aquilo que no “ideal histórico” da JUC era apresentado como uma perspectiva cristã genuína, agora é apresentado como uma perspectiva abrangentemente humanista. É compreensível esta atitude mediante a intenção da AP de apresentar-se como uma organização aconfessional e aberta para não católicos ou cristãos.

O documento-base é dividido em 4 partes: 1 – Perspectiva histórica; 2 – Perspectiva filosófica: o homem e a história humana; 3 – O socialismo; 4 – A evolução da realidade brasileira. Logo na introdução os apistas declaram que “a direção de nossa ação não se traça a partir do

cálculo prudente das posições do meio-termo”⁷, marcando dessa forma o afastamento em relação aos ocupantes de posições “moderadas” ou de centro. Naquele contexto de 1963, podemos dizer que “moderados” se referem aos chamados setores progressistas do clero e laicato católicos ou democrata-cristãos, os trabalhistas do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), os nacionalistas moderados de toda cor, ou até o próprio PCB; em fim, a AP queria surgir como uma organização revolucionária e não reformista.

Recusando e indicando a superação histórica dos postulados da “ditadura do proletariado”, e criticando inclusive a “transição para o socialismo” soviético, o documento-base propõe sua alternativa, o “socialismo como humanismo”, não sem analogia com o próprio *ideal histórico* de Maritain, enquanto imagem prospectiva de uma sociedade tendente a se colocar em dado momento histórico:

É nessa perspectiva do socialismo como humanismo, enquanto crítica da alienação capitalista e movimento real da sua superação, que encontramos a convergência de linhas da história moderna para o momento atual. Momento crucial nas alternativas do processo de socialização que define a direção de fundo de toda a história. Momento em que as condições gerais da evolução e da expansão do capitalismo transformadas pela presença e atuação do bloco socialista-marxista conferem ao mundo subdesenvolvido uma função histórica revolucionária que aparece cada vez mais decisiva nas condições históricas de transição para a instauração do socialismo mundial. Esse o contexto da situação latino-americana. (Ibid., p. 126).

É clara a referência à Revolução Cubana nessa concepção de um deslocamento do eixo dinâmico do “processo de socialização mundial” da Europa e Ásia para a América Latina nos anos de 1960. Chega-se à noção de “consciência histórica”: se para os genericamente marxistas a “tomada de consciência” da classe trabalhadora a atira na luta contra sua classe antagônica, a noção de “consciência histórica” chama aos homens a construir relações de reconhecimento, superando as relações de dominação:

A partir da concepção realista da consciência, a noção de *consciência histórica* insere na dimensão do nosso tempo a articulação dialética do homem e do mundo. Supera a concepção materialista da história que não escapa à coisificação da consciência pela sua sujeição aos determinismos do mundo. Não incide na concepção idealista que atraiçoa as responsabilidades históricas concretas pela fuga para o abstrato.

Assim, a forma própria do existir histórico do homem em determinada época e dentro do contexto de determinada cultura manifesta-se nos indivíduos desta época e desta cultura como a sua *consciência histórica*. Ela implica exigências autênticas de realização humana dos homens de tal época e de tal cultura; e descobre o sentido em que as opções concretas destes homens são chamadas a se inserir na linha destas exigências. (grifo do autor) (Ibid., p. 132).

É em nome dessa consciência histórica que a AP opta pelo socialismo, sendo este entendido com desdobramento dialético da própria história, que ademais, poderia conhecer

⁷ AÇÃO POPULAR. Documento-base. 1963. Anexo em: LIMA, L. G. S. *Evolução Política dos católicos e da Igreja no Brasil: hipóteses para uma interpretação*. Petrópolis: Ed. Vozes, 1979, p. 118.

caminhos diversos num “mundo socialista em gestação”. Entretanto, mais uma vez, o que se propõe no documento-base não é a abolição da propriedade dos meios de produção, e sim a “socialização da propriedade”:

A socialização da propriedade é o processo de democratizar a distribuição e o uso dos bens decorrentes do trabalho humano, impedir sua função de dominação e, assim, criar bases para uma real democratização do poder e ao Estado, têm suas justificativas na ordem técnica, isto é, mudar a ordem de como resolver para todos os homens os seus problemas e atender as suas necessidades, quando se concilia com a perspectiva de moral social fundamentada na afirmação de que a relação básica para o homem não pode ser a de dominação.

Não nos cabe antecipar a forma pela qual se dará a concretização desse processo revolucionário. No entanto, pode-se dizer que a história não registra quebra de estruturas sem violências geradas por essas mesmas estruturas, que produzem, em última análise, essa consequência. (Ibid., pp.137-138).

Os militantes não estão convencidos da “natureza” concentradora de riquezas inerente ao processo de reprodução ampliada do capital. Posiciona-se abertamente com relação à luta armada e um partido único a dirigir a suposta “revolução brasileira”. Por fim, em sua parte última, dedicada à leitura da “realidade brasileira”, o documento-base demonstra sutilmente colocar-se à esquerda do PCB “reformista”, deixando em aberto a possibilidade de eclosão de um processo revolucionário imediato, tendo em vista a radicalidade das tensões no campo. O texto também defende a tese pecebista da dualidade estrutural da economia brasileira, com seu setor feudal e capitalista, muito difundida na época, embora discorde que por esse motivo haveria a necessidade de uma etapa democrático-burguesa no processo revolucionário. Partindo desses posicionamentos:

A AP opta, assim, basicamente, por uma política de preparação revolucionária, consistindo numa mobilização do povo, na base de desenvolvimento de seus níveis de consciência e organização, firmando esta mobilização numa luta contra a dupla dominação capitalista (internacional e nacional) e feudal. Fortalecendo progressivamente seus quadros, a AP desempenhará cada vez mais o papel de promover e orientar cada mobilização apoiando-a em intervenções diretas e pela atuação coordenada de seus militantes dentro das estruturais atuais de poder. Ela se propõe a tarefa de elaborar com o povo, na base da constituição deste, a nova sociedade. (Ibid., p. 142).

Seria com esta política de preparação revolucionária e com a busca de inserção nas organizações operárias e camponesas que a AP deitaria seus esforços ao longo de toda sua história, antes e depois do golpe civil-militar de 1964. Podemos dizer que no momento de seu lançamento oficioso no *campo político* nacional, a despeito de sua linguagem revolucionária e da crítica ao marxismo-leninismo (simbolicamente distinguindo-se do PCB e dos setores ditos nacionalistas ou progressistas) a atuação da AP ou da esquerda católica foi em marcha de “frente única” reformista, alimentando as pressões sobre o governo João Goulart em direção ao desfecho trágico de uma época.

2 – O discurso tem história.

A democracia cristã precisou constituir-se, nos últimos anos, como partido dotado de crescente representatividade política, para, ao contrário, mostrar, na sua linha majoritária, o empenhamento por uma visão alienada da realidade brasileira [...] O distributivismo, o acesso indireto aos benefícios da produção, mediante regimes como o da participação nos lucros e a generalização de uma visão assistencial da realidade constituíram a linha de frente de sua programação. A este ideário se somou, na sua parte mais audaciosa, a defesa da co-gestão num estilo ainda caracteristicamente utópico. (MENDES, 1966, pp. 42-43)

Uma contribuição recente possibilitou um considerável alargamento da visão de campo que podemos ter da esquerda católica naquele momento. Áureo Busetto (2002) tratou dos princípios e práticas dos militantes democratas cristãos paulistas e os subsídios de seu estudo permitiram a sustentação de algumas de nossas interpretações de forma mais segura, ainda que advindas da análise de outros documentos. As afirmações supracitadas de Candido Mendes puderam ser problematizadas por Busetto, sob a lente da noção de *campo político* de Bourdieu.

Entusiasmados com o “Movimento de Montevideu” e com a possibilidade de colocar em prática as idéias da democracia cristã no Brasil, o grupo de jovens da “Vanguarda Democrática”, muitos deles oriundos da JUC paulista e outros movimentos da ACB, resolveu ingressar nas fileiras do PDC paulista em 1949, processo facilitado pelos interesses conjunturais de João Castellar Padim, que via na chegada deste novo grupo a possibilidade de somar forças para a conquista de uma posição mais vantajosa na estrutura hierárquica do partido (BUSERETTO, 2002, p. 91). Era o início da luta dos militantes democrata-cristãos contra o “clientelismo ademarista”⁸ que fazia da legenda do PDC moeda de troca. Não vamos nos ater muito na performance eleitoral e parlamentar dos pedecistas, tanto quanto em suas conturbadas relações com o janiismo ao longo dos primeiros quinze anos de experiência democrática no *campo político* nacional. Basta-nos acompanhar os momentos importantes do processo que levou ao surgimento dentro do PDC paulista, de uma ala de militantes que, por suas tomadas de posição, acabou se encontrando com a trajetória dos militantes da JUC e depois da AP.

A partir de 1952 o grupo democrata-cristão dentro do PDC, por meio de uma ação notadamente ideológica, buscou manter-se coeso e granjear maior número de aderentes às propostas centro-reformistas inspiradas na doutrina social da Igreja e no pensamento de Jacques Maritain.

⁸ Referência a Ademar Pereira de Barros, um dos principais políticos paulistas da década de 1940 e 50 e início de 60, foi eleito governador do Estado de São Paulo em 1947, prefeito de São Paulo em 1957, e novamente governador em 1962, sempre pelo Partido Social Progressista (PSP). Ademar de Barros foi o principal rival de Jânio Quadros e do PDC na política paulista. O PSP foi criado por Ademar de Barros em 1946, resultado de uma fusão entre o Partido Republicano Progressista (PRP), o Partido Agrário Nacional (PAN) e o Partido Popular Sindicalista (PPS), constituindo-se assim na quarta maior agremiação partidária no período de 1947-1964, atrás do PSD, PTB e UDN. Informações encontradas em: *Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro pós 1930*. 2. ed.. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2001, 5v.il.

Ou seja, o grupo ao agir daquela maneira se apresentava e era identificado pelos seus concorrentes políticos, dentro ou fora do PDC, como um núcleo de militantes democratas cristãos. Desse modo, é possível afirmar que nos primeiros anos da década de 1950 fica clara a coexistência no interior do PDC paulista de dois tipos de membros, sendo possível classificar e denominá-los como *pedecista* e *militante democrata cristão*. (BUSETTO, 2002, p. 99, grifo do autor)

Essa distinção entre *pedecista* e *militante democrata cristão*, da forma como feita por Busetto, distingue aqueles que levavam a efeito uma prática política tradicional e conservadora – tendo como símbolo maior o líder nacional do PDC, Monsenhor Arruda Câmara – daqueles que militavam pelos “altos valores e ideais políticos” da terceira via cristã – liderados por Franco Montoro e Queiroz Filho. Entretanto, do que se pode desprender da própria narrativa de Busetto sobre os momentos eleitorais e das relações dos militantes democratas cristãos com o janismo, os militantes democrata-cristãos não fugiram de modo significativo das práticas bastante pragmáticas da política, revelando o ímpeto pela imposição, em dizeres bourdianos, de seu poder propriamente simbólico dentro do PDC paulista e pela conquista de outros móveis de disputa no *campo político* no qual atuavam.

Quanto à atuação parlamentar dos militantes democrata-cristãos, segundo Busetto, pode-se dizer que obteve algum êxito, conforme as orientações traçadas no *Plano de Ação Parlamentar do PDC* de março de 1956. Este documento declarava:

Os democratas cristãos não lutam apenas, por um “bom governo”, mas por uma *reforma de estrutura* da sociedade. Opondo-se às grandes forças do capitalismo e do comunismo, trabalham em favor das *reformas de base*, que promovam a justiça social e assegurem o respeito ao espírito de iniciativa, à dignidade e à liberdade dos homens. E, face dos problemas imediatos de nosso povo, a bancada lutará dentro de sua esfera de competência, por medidas concretas orientadas por essa inspiração [...] Em obediência a essa orientação e visando corrigir a tendência centralizadora que domina e ameaça a vida nacional, defenderemos uma política de descentralização e o fortalecimento dos grupos e organismos intermediários entre o indivíduo e o Estado.(Plano de Ação Parlamentar do PDC, 1956 apud BUSETTO, 2002, pp. 117-118, grifo do autor)

Podemos identificar muita semelhança entre o discurso dos militantes democrata-cristãos e aquele encontrado nos documentos da JUC e AP, na direção que busco demonstrar, ou seja, que o discurso da esquerda católica foi uma reabilitação do discurso dos militantes católicos precedentes, e que, efetivamente, tratou-se de uma *re-performance*⁹ do discurso produzido por agentes políticos ocupantes de uma posição ao centro do *campo político*. Essa análise, em muito

⁹ Segundo a concepção de discurso político de Pocock: “Sua história é, portanto, a da adaptação, tradução e *re-performance* do texto, em uma sucessão de contextos, e por uma sucessão de agentes; e, segundo, sob um exame mais minucioso, a das inovações e modificações efetuadas em tantos idiomas distinguíveis quantos os que originalmente se articulavam para formar o texto e que, subseqüentemente, formaram a sucessão de contextos lingüísticos em que o texto foi interpretado. O que o autor “está fazendo”, portanto, revela-se como algo que está em continuidade e mudança – e pode ser mais ou menos diástico, radical e “original” – a *performance* de uma diversidade indefinida de atos de fala em uma diversidade indefinida de contextos, tanto de linguagem quanto de experiência”. (POCOCK, 2003, p. 46, grifo do autor).

decorrente da metodologia adotada nesse trabalho, provoca uma ruptura com o discurso hegemônico encontrado na bibliografia especializada, já que aquele, muito assentado na memória de ex-militantes, acentuou uma criação original do discurso da esquerda católica pela militância principalmente mineira e carioca da JUC em 1960 a 1963.

O descontentamento popular no campo e na cidade que advinha dos resultados propriamente econômicos do nacionalismo-desenvolvimentista do governo JK e o recrudescimento da polarização política em torno das estratégias para se resolver os impasses no caminho do Brasil rumo às nações “de primeiro mundo”, à altura da campanha presidencial de 1960, contribuiu para alterações significativas na topologia do *campo político* nacional; bem como no interior das agremiações políticas e partidárias, ou seja, o *contexto* que talvez podemos chamar de “o auge da guerra-fria no Brasil”, provocou uma polarização ideológica nunca antes ou depois vista no país. A *problemática* política tinha ao centro as reformas de base (principalmente a reforma agrária) e as relações do Brasil com os EUA. Tanto as reformas como as relações com os EUA eram entendidas como solução ou entrave para o desenvolvimento econômico brasileiro. Essa polarização programática entre a direita e a esquerda contribuiu para uma mudança substancial das relações de força na estrutura de posições hierárquicas do *campo político* nacional, resultando em um aumento da força de atração da esquerda nos setores médios urbanos, entre os trabalhadores do campo e da cidade.¹⁰

Em 1961, fruto da necessidade de atualizar do programa do PDC frente ao clima reformista nacional, as lideranças democrata-cristãs realizaram, no mês de abril, na cidade de Curitiba, sua 19ª Convenção Nacional. Esse enclave resultou na nova carta-programa chamada “Declaração de Curitiba”. No conteúdo do documento promoviam-se posições bastante análogas àquelas dos documentos da JUC de 1960 e 1961, igualmente perpassado pelo nacionalismo militante. Entre as propostas programáticas no plano nacional encontram-se: “libertação dos países subdesenvolvidos e a composição do bloco de países latino-americanos voltados contra as opressões dos imperialismos”; “o comércio e relações com todos os povos”; “defender a Petrobras como instrumento de libertação econômica do Brasil”; “lutar pela aprovação da lei antitruste que confiará ao poder público a faculdade de combater e eliminar os quistos de exploração constituídos pela concentração do poder econômico e pela interferência no mercado produtor e no consumidor”; “combate às remessas de fundos, juros e lucros para o exterior”; “a reforma agrária, que atendendo às peculiaridades regionais, promova a eliminação do latifúndio e do minifúndio

¹⁰ “Alguns partidos e movimentos de esquerda atuavam expressivamente no cenário político brasileiro no início dos anos 60. Predominava o PCB, que, embora ilegal, viveu seu apogeu naquele período, quando contou com muitas adesões e suas idéias influenciaram a luta política e sindical, e até mesmo as diretrizes do próprio governo federal. As propostas do PCB, que poderiam ser chamadas de nacional-reformistas, influenciaram vários setores sociais, mesmo os que não militavam no Partido.”(RIDENTI, 1993, p. 25).

improdutivos com a justa distribuição da propriedade rural”; promover a reforma da estrutura da empresa, propiciando ao trabalhador a participação nos lucros, na propriedade e na gestão”.¹¹

No transcurso do breve mandato de Jânio, da polêmica em torno de sua política externa independente; dos desdobramentos da Revolução Cubana; da crise sucessória que levou ao parlamentarismo; do plebiscito que devolveu os plenos poderes presidências a Goulart; definiram-se mais as tendências internas ao PDC que já se insinuavam durante a campanha eleitoral de 1960. Se antes, como quer Busetto, tínhamos os pedecistas e militantes democrata-cristãos (principalmente paulistas), uma fissura no até então unitário PDC paulista levou ao surgimento de um terceiro grupo, liderado por Paulo de Tarso e Plínio de Arruda Sampaio. Desse modo, Busetto distinguiu três tendências no interior do PDC: a conservadora, a centro-reformista e a nova: nacionalista-reformista. Essas três frações passavam a operar uma estrutura triádica dentro do PDC, ou seja, as posições de direita, centro e esquerda (BUSERTO, 2002, p.197).

Com as eleições de outubro de 1962 ao Congresso Nacional foram eleitos três militantes da esquerda católica: Paulo de Tarso, Plínio de Arruda Sampaio e Almino Monteiro Álvares Affonso, do PTB. Paulo de Tarso e Almino Affonso assumiram em meados de 1963, ainda que por pouco tempo, as pastas de dois Ministérios do governo Goulart, respectivamente, o Ministério da Educação e o Ministério do Trabalho e Previdência Social. Também Carvalho Pinto, apenas inscrito no PDC, foi indicado para a pasta da Fazenda, mas essa indicação fez parte das estratégias de Goulart para diminuir a oposição do empresariado e setores conservadores. Embora Almino Affonso não fosse do PDC, unia-se ao projeto de um “socialismo cristão”. Referindo-se a atividade do grupo no parlamento, Plínio de Arruda Sampaio relata: “Procuramos levar o PDC para o esquema do João Goulart, que tinha uma forte marca de esquerda, com o PCB infiltrado dentro do PTB. Então, nós estávamos, na verdade, nesse processo, e essa rapaziada (JUC e AP) era a moçada desse processo”¹²

Os conflitos entre as tendências dentro do PDC, em especial dentro do PDC paulista, tiveram que ser enfrentadas na Convenção Anual do Partido, realizada na cidade de Águas da Prata - SP em março de 1963. Essa convenção resultou em um “Programa do Partido Democrata Cristão”, que expressou a vitória das propostas da corrente nacionalista-reformista, ou da esquerda católica do PDC paulista. Contudo, a eleição para o Diretório Nacional ficou polarizada entre Franco Montoro, de um lado, que expressava os interesses de manutenção de uma posição moderada em relação às reformas de base e do PDC ao centro, independente das organizações de esquerda; e do outro, Ney Braga, candidatura então apoiada por Plínio de Arruda Sampaio e Paulo de Tarso, o que pareceu ser uma atitude controversa, já que não era inequívoca a adesão

¹¹ PDC. *Declaração de Curitiba*, 1961, apud (BUSERTO, 2002, pp 178-179).

¹² Entrevista concedida ao autor em 13/11/2006.

do governador paranaense às propostas nacionalistas-reformistas. Ney Braga vence a eleição e substitui Queiroz Filho na presidência do Diretório Nacional do PDC, e pouco tempo depois, o que parecia ser uma vitória dos “socialistas cristãos”, demonstrou-se, na verdade, ser um derrota; já que Ney Braga, interessado nas eleições de 1965, preferiu afastar-se da esquerda e se compor ao lado oposto. (BUNETTO, 2002, pp. 200-211).

Dessa forma, todas as dificuldades e obstáculos foram postos interna e externamente à consecução do programa de Águas da Prata, pois, a maioria do partido o rejeitava de fato. Esta tensão entre os centro-reformistas e os nacionalistas-reformistas dentro do PDC e mais ainda na seção paulista, continuou até o golpe, e em grande medida explica os diferentes destinos políticos de seus respectivos representantes. Em janeiro de 1964, Plínio de Arruda Sampaio voltava a carga com as teses “pseudo-vitoriosas” de Águas da Prata, por meio do texto “Proposta de linha tática para o PDC”,¹³ que seria proposto à Convenção Nacional naquele ano. Em nossa perspectiva, esse documento é mais uma *re-performance* das posições da esquerda católica, com claras reproduções das tomadas de posição da JUC em 1960 com o texto da Regional Centro-Oeste; e mais ainda da AP, com o Documento-base, ou seja, promovia-se no plano filosófico o ideário humanista cristão de Terceira-Via, no plano político nacional o apoio à realização das reformas de base, e no plano tático a aliança de centro-esquerda. O “socialismo como humanismo” do Documento-base da AP é rerepresentado agora com o nome de *comunitarismo-solidarista*, embora fundamentado muito mais numa análise de conjuntura econômica e política, do que propriamente filosófica:

O P.D.C. se propõe a instauração de um novo regime político, econômico e social: o comunitarismo-solidarista. Este regime funda-se em princípios políticos e filosóficos distintos dos que inspiram tanto o modelo capitalista como o comunista, cujas experiências estão sendo realizadas neste século, através das diferentes formas de organizações políticas que a história moderna nos apresenta. Estes princípios permitem a formulação teórica de um regime ideal: o comunitarismo-solidarista se nos apresenta em termos de uma concepção ideal, destinada a servir de ponto de convergência de transformar as atuais estruturas sociais. Trata-se, pois, de um ideal histórico concreto específico. Nesse sentido pode-se falar em uma “terceira posição” democrata-cristã. Trata-se de uma opção teórica, distinta simultaneamente do capitalismo e do marxismo. É, pois, de um ponto de vista filosófico que se pode falar em uma incompatibilidade radical e inconciliável entre o comunitarismo-solidarista e as teorias liberais e as marxistas. (Ibid. p. 2).

O documento avança na defesa das propostas nacionalistas-reformistas, basicamente as propostas de reformas da Frente Parlamentar Nacionalista (FPN) e da Frente de Mobilização Popular (FMP), entendidas como um programa mínimo para se chegar ao comunitarismo-solidarista; contudo, anuncia que não bastaria para o partido elaborar as propostas no plano teórico, seria necessária a um programa partidário, uma leitura correta da realidade e do contexto

¹³ SAMPAIO, Plínio de Arruda. *Proposta de linha tática para o PDC*, 1964. Documento do arquivo pessoal de Plínio de Arruda Sampaio, gentilmente cedido ao autor.

político para se localizar as soluções possíveis e respectivas táticas para alcançá-las. O texto então apresenta suas constatações: a economia brasileira é uma economia dominada pela economia americana, e a solução para o desenvolvimento do País seria:

[...] para o Brasil, uma alteração profunda na orientação desejada e imposta pela economia dominante, outro não é, aliás, o conselho de Gunnar Myrdal: “As políticas econômicas dos países sub-desenvolvidos devem se orientar fortemente, sobretudo nas primeiras fases, contra os países com os quais mantiveram relações mais estreitas”. (Ibid. p. 2).

O documento denuncia igualmente a impertinência da “receita liberal”, atrelada às recomendações do Fundo Monetário Internacional (FMI), naqueles anos receita também atrelada ao “remédio” oferecido aos países latino-americanos pelos EUA, a “Aliança para o Progresso”:

Forçando a estabilização da moeda, a compressão de despesas, a restrição do crédito, a contenção do consumo popular, a política do Fundo, além de representar mais sacrifícios para o povo, determina a diminuição do ritmo do desenvolvimento e a permanência da característica básica, da nossa economia; economia de exportação de produtos primários. Trata-se, pois, de ajustar o sistema vigente, a fim de que ele possa persistir dentro das suas atuais características, altamente benéficas para os países ricos. Ora, e precisamente o atual sistema que determina a impossibilidade de equilíbrio financeiro das nações sub-desenvolvidas, pela evidente inferioridade em que elas se encontram em relação às trocas internacionais. (Ibid. p. 2).

Interessante notar que após a tomada de posição antiimperialista, sempre identificada com o comunismo pelos adversários, Plínio dedica algumas páginas para fundamentar a leitura em pesquisas e declarações do então Embaixador do Brasil em Washington, Roberto de Oliveira Campos (1917-2001), e do Ministro da Fazenda de Goulart, Carvalho Pinto, elementos bem distantes do comunismo. Dessa forma, as reformas propostas no documento são:

a) o primeiro e o principal problema, - a elevação do ritmo de desenvolvimento – está a exigir – uma planificação econômica mais rigorosa. O que supõe seleção de investimentos, restrição de lucros, compressão das taxas de consumo dos grupos e altas rendas, estatização de vários setores da economia, repartição (mais justa e melhor sentido econômico) da renda nacional pelas regiões e pelas camadas populacionais.

b) O problema financeiro assume urgência especial.

Parece evidente, diante das estarrecedoras declarações do Ministro (Carvalho Pinto), que a única medida a ser tomada é a moratória, negociada ou unilateralmente, pelo tempo necessário à recuperação, a exemplo, aliás, do que a Inglaterra fez em 1946. Não há dúvida do que a medida terá conseqüências muito sérias. Ela representa uma queda de importações que virá alterar muito fortemente o consumo interno. Ao adotá-la precisamos preparar-nos para o racionamento, a necessidade urgente de encontrar um sucedâneo para a produção agrícola de exportação, abrir novas áreas de trocas etc...Não há dúvida, porém, de que pelo menos de imediato, o país terá de fazer um esforço supremo para suportar o impacto dessa medida.

c) o grave problema inflacionário, bem como a própria dinamização da economia está a exigir uma rápida e efetiva redistribuição de renda interna, recente estudo da Cepal veio demonstrar a extrema concentração da riqueza na A.L., característica da qual não foge o Brasil. Demonstra Prebisch que 5% dos habitantes consomem 30% do consumo total, enquanto 50% dos habitantes consomem apenas 20% do total,

sendo que 45% constituído pelos habitantes de rendas médias, consomem a outra metade. No mesmo estudo demonstra-se que esta concentração extremada do poder de consumo constitui fato altamente limitativo do desenvolvimento econômico. Impõe-se, portanto, a redistribuição de renda, não só por uma exigência de justiça social como por um imperativo de crescimento econômico. (Ibid., pp.13-14).

O documento adverte que somente por meio de “um novo pacto de poder” seria possível realizar estas reformas. As condições desse novo pacto são arroladas no item terceiro: “Análise da realidade político-social”. A argumentação quer legitimar e convencer os setores do PDC a abandonar a prática política de centro e não a “terceira posição” ideológica, e dessa forma optar pela esquerda:

Logo, se do ponto de vista da filosofia política é possível distinguir uma terceira posição, distinta das ideologias dominantes no mundo moderno – capitalismo e comunismo – do ponto de vista da realidade brasileira é forçoso admitir que o problema não está colocado nessa perspectiva. É que só existem dois campos de luta: o das forças do privilégio e das forças populares.

Fugir a este dilema é fugir da realidade. É, rigorosamente, alienar-se. A opção que se faça diante dele, pelo setor popular, importando em uma série de conseqüências na ordem do comportamento prático, não implica, de forma alguma, em uma confusão ou em uma concessão de princípios. Basta que a opção seja feita em plena consciência e que uma linha tática suficientemente lúcida assegure o fortalecimento da ideologia, sua penetração nas massas, o aumento dos quadros e os dispositivos de força necessários ao equilíbrio do diálogo com outras correntes, acidentalmente afinadas nesta fase da luta. (Ibid., p. 19).¹⁴

Em tom de autocrítica, o quarto item “Crítica da terceira posição” continua argumentando a inviabilidade da receita democrata-cristã, até mesmo acusando-a, juntamente com o magistério social da Igreja, de alienação e de falta de “realismo desse raciocínio que desconhece totalmente as condições objetivas da luta político-social no país”,¹⁵ que “recusando-se a ‘existir’, permite que a mensagem cristã seja mistificada pelos privilegiados, que pretendem transformá-la no fundamento teológico da ordem liberal ou neo-liberal.”¹⁶

No quinto e último item, a proposta de linha tática enumera o que exatamente deveriam fazer os partidários do PDC para compor-se efetivamente no “campo popular”. Entre as recomendações, encontra-se: “alianças possíveis e compatíveis com outras forças que estejam empenhadas no mesmo fim”; “aproximar-se das forças populares”; “caminhar para a elaboração de novas alianças políticas, rejeitando-se as antigas composições e tendendo para Partidos – que embora hesitante e incoerentemente, têm se colocado em perspectiva mais popular (PTB, Partido

¹⁴ Citados no documento ao pé da página: “Artigo do Embaixador Roberto Campos – Revista do Conselho Nacional de Economia – set.Out. 1963”; “Entrevista do Ministro Carvalho Pinto – Jornal do Brasil – 1/12/63”; “Relatório do economista Raúl Prebisch à Cepal - Maio de 1963 – E/CN 12/680”. A Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) foi criada em 1948 pelo Conselho Econômico e Social das Nações Unidas, e teve sua sede inaugurada em Santiago do Chile em 1966. Nos anos 1950 e 1960, os principais expoentes do “pensamento cepalino” foram o economista argentino Raúl Prebisch e no Brasil o economista Celso Furtado. Esses economistas defendiam a necessidade do planejamento econômico com base na industrialização e na intervenção estatal.

¹⁵ Ibid., p. 31.

¹⁶ Ibid., p. 32.

Social Democrático - PSD)”; “filiação de seus parlamentares à Frente Parlamentar Nacionalista”; “recomendação a militantes de participarem da FMP, ou de organizá-las onde inexistam”.¹⁷ Por fim, o texto arremata alegando uma possível revolução na América Latina:

[...] que pode ser deflagrada de maneira violenta, sob liderança de forças ideológicas errôneas e pode ser sufocada, no estágio em que se encontra, pela ação contundente e conjugada das minorias privilegiadas internas e de seus aliados externos. [...] Cabe ao PDC a responsabilidade moral e política de, integrando-se na luta popular, reforçar a Revolução Brasileira e marcá-la com os valores cristãos de liberdade, democracia, respeito à dignidade da pessoa humana, equilíbrio entre pessoa e comunidade. (Ibid., p. 38).

Às portas do golpe-civil militar, Plínio entendia que já não mais cabia acreditar na possibilidade de reformas moderadas, obstruídas pelas “forças do privilégio” que dominavam o regime da Carta de 1946. Ou o PDC somava-se ao processo revolucionário em curso, que poderia inclusive ser violento, ou deixaria de existir. É claro que o que se propunha já estava em prática pela esquerda católica da JUC e PDC desde 1960, pela AP em 1962, e em março de 1963 receberiam o reforço do jornal “Brasil, Urgente”, oriundo de mais um espaço de militância política dos católicos paulistas, o Convento da Ordem dos Dominicanos no bairro de Perdizes em São Paulo.

4 – A cristianização das reformas: o jornal “Brasil, Urgente”.

Antes mesmo do resultado do plebiscito que devolveu os plenos poderes presidenciais a Goulart em janeiro de 1963, o presidente já havia anunciado seu projeto de governo chamado de Plano Trienal, formulado pelo economista Celso Furtado, Ministro Extraordinário do Planejamento. A meta do Plano Trienal era conciliar medidas que controlassem o surto inflacionário com a efetivação de reformas econômicas e sociais, chamadas na época de reformas de base. O sucesso dessa meta dependia da manutenção da aliança entre PSD e PTB, que garantiria a viabilidade das propostas do Executivo no Congresso Nacional: “Portanto, a estratégia de Goulart era de através de acordos, negociações e compromissos entre o centro e a esquerda, implementar as mudanças econômicas e sociais por meios democráticos” (FERREIRA, 2003, pp. 362-363).

Entretanto, as forças de esquerda, por meio de pronunciamentos públicos de seus reconhecidos líderes (Brizola do PTB, Prestes do PCB, Julião das Ligas Camponesas, Miguel Arraes do Partido Social Trabalhista – PST, o Comando Geral dos Trabalhadores – CGT e Vinícius Caldeira Brant na presidência da UNE) criticaram duramente o Plano Trienal. Os representantes de grupos empresariais mostraram-se divididos, embora Celso Furtado tenha recebido o apoio de lideranças industriais de São Paulo. O plano de estabilização econômica acarretava uma série de

¹⁷ Ibid., pp. 33-35.

medidas impopulares, entre elas o corte de créditos e a contenção salarial. A crítica do movimento sindical e das esquerdas não tardou em identificar o pacote econômico como uma quebra dos compromissos de Goulart com os trabalhadores. As pressões à direita e à esquerda acirraram-se e o Plano Trienal naufragou.

Goulart voltou-se então para as reformas de base, seu programa maior, propondo ao Congresso a aprovação de um projeto de emenda que alterava os artigos 141 e 147 da Constituição Federal. Esses dispositivos impediam na prática a realização da tão esperada reforma agrária, já que exigiam o pagamento prévio e em dinheiro das indenizações feitas aos proprietários das áreas que seriam desapropriadas. O projeto de emenda, caso fosse aprovado, permitiria que o pagamento das indenizações aos proprietários de terras fosse feito com títulos da dívida pública. Essa proposta havia sido sistematizada pelo deputado Plínio de Arruda Sampaio (PDC) e apresentada ao Congresso por Bocaiúva Cunha, líder do PTB na Câmara dos Deputados. Não havendo acordo, a emenda acabou recusada pela Comissão Parlamentar de Reforma Agrária em abril de 1963. A disputa pela aprovação da emenda no Congresso desgastou ainda mais a base parlamentar e popular de Goulart, ficando PTB e PSD em lados opostos. Era o fim da histórica aliança que dominou a política nacional durante a experiência democrática de 1945 a 1964.

No campo, as Ligas Camponesas ameaçavam com o brado “reforma agrária na lei, ou na marra”. O comportamento do PCB em relação a Goulart, segundo Reis Filho (2002, p. 90), foi a de persuadir o presidente a tomar posições claras pelas reformas de base, já que, na avaliação geral das esquerdas, ele estava vacilante e se perdia em suas tentativas de conciliação entre as forças políticas atuantes no contexto. Uma avaliação otimista da mobilização popular levava as esquerdas a adotar uma estratégia de confronto com a direita. Esta última, principalmente por meio do Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (IPES) e do Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD), contando com poderosos recursos financeiros¹⁸ e instrumentos de propaganda ideológica, alardeava que o comunismo estava se instalando no país, inclusive com o apoio de Goulart. A trama golpista já estava bastante adiantada, e um dos recursos simbólicos amplamente utilizados para minar o apoio popular às reformas foi a propagação de que estaria ocorrendo no Brasil uma forte ameaça às instituições democráticas e particularmente à “civilização cristã ocidental”, em nome da qual, inclusive, de acordo com o discurso dos golpistas, se faria

¹⁸Essas instituições foram articuladas por empresários em estreita relação com a Central Intelligence Agency (CIA). O Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (IPES), criando no início de 1962, até 1964, gastou entre US\$ 200 mil e US\$ 300 mil por ano para minar o apoio militar e popular ao governo Goulart; os recursos vinham de empresas americanas instaladas no Brasil, a exemplo da Light & Power, que chegou a investir um total de Cr\$ 7.318. 178, 20 no trabalho realizado por diversas “entidade de cultura e benemerência”. O Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD), criado em 1959, intensificou suas ações em 1962, quando se uniu à Ação Democrática Popular (ADEP) e à Ação Democrática Parlamentar (ADP), subvencionando as campanhas eleitorais de seus adeptos, chegando a gastar provavelmente entre US\$ 12 milhões e US\$ 20 milhões advindos da CIA e da Embaixada norte-americana no Brasil, encabeçada por Lincoln Gordon (BANDEIRA, 2001, pp. 81-82).

posteriormente a auto-intitulada “Revolução de 1964”. Sobre esse aspecto atentou o então deputado Paulo de Tarso (PDC):

Eu havia sido eleito (em 1962) com votos da classe média, mais sensível à pregação social da Igreja. Essa classe, porém, trabalhada pelos meios de comunicação, financiados pelo IBAD, foi convencida de que o seu cristianismo estava em jogo. A Igreja das pregações sociais era mostrada como se fosse formada por apóstatas, e, portanto, ela, a classe média, devia se mobilizar para o seu cristianismo, ameaçado. Todos aqueles que, como eu, estavam defendendo uma política social, na linha proposta pelo Concílio Vaticano II, através das Reformas de Base, eram apresentados como traidores de sua classe e de seu cristianismo. (SANTOS, 1984, p. 52).

Nesse quadro, podemos entender que havia naquele momento uma forte disputa política pela apropriação de um *capital simbólico* cristão/católico. Dessa forma, os ocupantes de posições polares no campo político, seja contra ou a favor às reformas, recorriam às disposições religiosas particularmente fortes nos setores médios da população. A necessidade da esquerda católica se diferenciar do PCB atendia às demandas da construção de uma posição própria no *campo político* e de responder às acusações que sofria. Esses imperativos práticos da luta política lançaram a esquerda católica numa posição necessariamente à esquerda do PCB:

Nesse panorama, pela primeira vez em sua acidentada história de aliança com os trabalhistas, o PCB sofria a concorrência crescente de forças políticas à sua esquerda. [...] Todas estas organizações confiavam na resolução violenta das contradições sociais no Brasil, assumindo uma retórica de enfrentamento revolucionário. As reformas, para elas, haveriam de vir, na “lei”, ou, se fosse o caso, “na marra”. Para os comunistas do PCB, era como se de nada houvesse valido ter vencido estas tendências no interior do partido, em longo e penoso processo. Elas haviam reaparecido, com ainda maior consistência e força, agora fora de seus quadros partidários. (REIS FILHO, 2002, p. 91-92).

Segundo nossa leitura, o *Documento-base* da AP, de fevereiro de 1963, é retrato fiel deste contexto. A AP posicionava-se pela realização das reformas “humanizadoras” dentro da legalidade democrática; nesse sentido acompanhava o PCB, descrendo, todavia, da possibilidade desse caminho pacífico se efetivar. Os demais grupos à esquerda do PCB e de Goulart anunciavam a eminência de uma solução violenta. Desse ponto de vista, julgamos que não houve no *Documento-base* uma opção por um modelo de “revolução brasileira” diferente do PCB. Como pudemos demonstrar, não há no *Documento-base* uma análise da “realidade brasileira” que os levasse a defender uma revolução imediatamente socialista. Suas estratégias de distinção em relação às organizações marxistas situavam-se em plano filosófico e em relativizações de suas estratégias. Diferentemente ocorria com a pequena POLOP, que, desde 1961, recusava a análise do PCB que estabelecia a dualidade estrutural da economia brasileira (setor feudal e capitalista). A POLOP, avaliando que a sociedade brasileira já era plenamente capitalista, “não aceitava o papel revolucionário da ‘burguesia nacional’, não defendia a necessidade da etapa de ‘libertação nacional democrática’, a revolução deveria ser imediatamente socialista” (REIS FILHO, 1990, p.35).

Um mês após o 1º Congresso Nacional da AP, foi lançado na cidade de São Paulo, sob liderança do teólogo dominicano frei Carlos Josaphat¹⁹, o jornal semanal “Brasil, Urgente” (BU), que, nos parece ter sido, apesar de sua curta duração, o principal instrumento de propagação das performances discursivas dos representantes da esquerda católica no contexto desta luta eminentemente simbólica. O jornal estampava na capa de sua primeira edição (17 de março de 1963) o seguinte *slogan*: “Um Jornal do povo a serviço da justiça social”. BU já foi objeto de alguns trabalhos acadêmicos (BOTAS, 1983; ANTUNES, 1999; SOUZA, A., 2003), e não foi nossa intenção analisá-lo em toda sua extensão, trabalho já realizado pelos autores citados. Particularmente, o trabalho de Botas, por meio de rigorosa inserção de BU na luta política travada nos treze meses anteriores a abril de 1964, pôde apresentar de modo bastante claro a vinculação de BU ao programa e estratégia da frente pró-reformas, somando-se desse modo às pressões ao governo Goulart. Sua análise dos artigos não só de frei Carlos, como de outros articulistas do jornal, não necessariamente católicos ou cristãos²⁰, evidencia a importância da liderança de Brizola sobre as esquerdas, entre elas a católica, atuantes na UNE, FPN, FMP, organizações sindicais e movimentos sociais na cidade e no campo.

Em nossa perspectiva, BU e a esquerda católica foram levados a desempenhar um papel específico no contexto da frente pró-reformas. Encarregavam-se não só da divulgação das propostas, mas de modo privilegiado, buscavam legitimá-las com a chancela religiosa, além de fazer frente à propaganda dos antagonistas que denunciavam o caráter comunista e anti-religioso das pretensões de Goulart, e ainda mais das esquerdas. Se por um lado, o *Documento-base* da AP representava um movimento que se queria abrangentemente humanista, por outro, BU reforçava a legitimação do movimento pró-reformas com o que temos entendido como um *capital político* religioso, particularmente católico. Podemos compreender que houve em BU um esforço de afirmação pública das estratégias distintivas da esquerda católica frente ao PCB e aos demais grupos marxistas, algo que já evidenciados nos documentos da JUC, AP e PDC; também podemos perceber o esforço de legitimação religiosa das reformas de base, o que buscaremos analisar nas performances discursivas constantes principalmente nos primeiros números de BU. Como advertiu frei Carlos:

¹⁹ Frei Carlos Josaphat nasceu na cidade de Abaeté-MG, foi ordenado sacerdote Lazarista em 1945. Posteriormente, seu engajamento político o levou a desentendimentos com a Ordem Lazarista; por esse motivo, frei Carlos entra para a Ordem Dominicana em 1952. Após quatro anos de estudos na França, retorna ao Brasil em 1956. Sua participação no jornal BU fez com que ele fosse convidado por seus superiores a se retirar do país em dezembro de 1963. Permaneceu na Europa mais de 30 anos, onde por 27 anos lecionou na Universidade de Friburgo, Suíça. Informações encontradas em: BETTO, Frei; MENESES, Adélia Bezerra de; JENSEN, Thomaz. (Orgs). *Utopia Urgente: escritos em homenagem a Frei Carlos Josaphat nos seu 80 anos*. São Paulo: Casa Amarela; EDUC, 2002, pp. 527-530.

²⁰ O primeiro Conselho Diretor de BU, além de frei Carlos, contava com: Ruy Cesar do Espírito Santo (Diretor Administrativo, Roberto Freire (Diretor Responsável), Alfredo C. B. Gandolfo, José Raul B. Carneiro, Gilberto Moreira, Dorian Jorge Freire, Josimar Moreira, Fausto Figueira Melo e Maria Olímpia França. In: *Brasil, Urgente*, nº 1, 17/03/1963, p. 1.

Nós temos um vasto contexto de preocupação social dentro da juventude cristã e muito particularmente no conjunto da Ação Católica, e dentro deste conjunto havia o problema seguinte: em termos de eficácia, realizar de fato alguma coisa, passar da doutrina à realização econômica, política e jurídica. E isso então se tentava fazer mediante uma mobilização do povo. Quero dizer, evitar, o que era muito claro nessa época, seja com isso, o esquema comunista, de um partido poderoso que realizava reformas, seja deixar que a economia por ela mesma realize isso. Mas pensava-se em fazer grandes reformas de base.²¹

A Ordem dos Dominicanos em São Paulo era um centro tradicional de pensamento católico e celeiro de iniciativas de intervenção social na cidade. Podemos dizer que em torno dos dominicanos constituía-se um espaço de organização de leigos sensíveis aos problemas sociais. Já em 1961, despontava a liderança e inspiração de frei Carlos, que reunia um grupo de leigos para discutir a doutrina social da Igreja, em especial a encíclica *Mater et Magistra*, que acabava de ser publicada pelo papa João XXIII, e depois a *Pacem in Terris* de 1963, no contexto do Concílio Vaticano II. As encíclicas e os rumos do Concílio instalavam um clima de aprovação papal às posturas da esquerda católica no Brasil, assim como percebia frei Carlos:

A primeira (*Mater et Magistra*) despertou as consciências no sentido de se ver que o Papa abria essa ação social na linha de uma ação de Deus na história, o que ele chamava de sinais dos tempos; e por outro lado ele indicava a necessidade de uma ação das pessoas, mas da ação nos setores, por exemplo: no setor da agricultura em relação à indústria, nas várias regiões as menos desenvolvidas, a relação dos continentes: continentes exploradores e explorados. Então, ele (João XXIII) alargou, criou, um grande quadro de credibilidade para uma ação social.²²

Dispensamo-me neste artigo, de narrar o processo de fundação do jornal, basta-nos enfatizar que, segundo os trabalhos que se centraram em BU, o que parece ter sido definitivo para que surgisse a idéia da criação de um jornal foi o envolvimento de frei Carlos na dinâmica de uma greve de 3.500 operários da Cia. Brasileira de Cimento Portland Perus, de São Paulo, deflagrada em 14 de maio de 1962. Nessa ocasião, ficava evidente a manipulação dos meios de comunicação paulistanos em favor dos proprietários da empresa e em detrimento dos operários. Nos meses que se sucederam, foi organizado o esquema de sustentação do jornal por meio da criação de uma sociedade de capital aberto, a *Editores Veritas Ltda*; que em seu nome carregava o lema dos dominicanos, embora fosse obra de leigos. No momento de seu lançamento, o editorial de BU divulgava que o jornal contava com 8.000 acionistas, principalmente “trabalhadores e homens de classe média”, que haviam adquirido cotas de ações no valor unitário de Cr\$ 1.000,00.²³ A tiragem do jornal era de 6.000 exemplares. Segundo Botas:

O “meio” estudantil era o mais atingido, pois nele atuavam a JEC, a JUC e a AP. Sua repercussão no “meio” operário e camponês era menos sentida, porque estes eram atingidos pelos jornais *Novos Rumos* do PCB, *Política Operária* da POLOP,

²¹ Entrevista de Frei Carlos Josaphat concedida ao autor em 16/04/2007.

²² Ibid.

²³ *Brasil, Urgente*, nº 1, 17/03/1963, p. 3.

Classe Operária do PC do B e do *Liga* do deputado Julião, líder das Ligas Camponesas. O “meio” estudantil era atingido de Norte a Sul do país.(BOTAS, 1983, p. 21-22).

Para a finalidade de nossa análise, mais do que os próprios artigos assinados por frei Carlos, Dorian Jorge Freire e Roberto Freire (que já foram amplamente analisados pelos trabalhos que tiveram BU como objeto), buscamos trabalhar também com algumas matérias não assinadas do jornal: editorial, entrevistas e reportagens relativas a eventos que receberam cobertura do jornal. Julgamos que essas matérias são bastante pertinentes dentro da perspectiva que adotamos, que visa lançar hipóteses interpretativas sobre o que o jornal “estaria fazendo” apenas com o ato de publicar tal e qual matéria, antes mesmo de considerar seu conteúdo propriamente dito²⁴. Em seu primeiro número, BU estampava matéria que ostentava o apoio do Cardeal D. Carlos Carmelo de Vasconcelos Motta ao novo jornal. A matéria destacava declarações do Cardeal que buscavam responder às acusações que sofriam os militantes identificados com a esquerda católica: “Cristo também foi chamado de endemoninhado”; “Não devem ter receio de ser qualificados de comunistas”. A matéria continuava informando que:

O Cardeal Motta, Arcebispo de São Paulo, tem se destacado pela lucidez e coragem de seus pronunciamentos em matéria social. Na comemoração do primeiro aniversário da encíclica “*Mater et Magistra*” compõe o conhecido “Compromisso Social Cristão”, lendo-o, acompanhado de grande multidão, num comício da Praça da Sé. Esse documento, bem como suas oportunas intervenções a propósito da reforma agrária, encontravam ampla repercussão nacional e mesmo internacional. O Cardeal de São Paulo não se limita a condenar as ideologias extremistas: traça rumos no sentido da verdadeira renovação social.

A reportagem de BRASIL, URGENTE teve a oportunidade de apreciar o bom humor com que o nosso Cardeal enfrenta as críticas e as incompreensões dos espíritos menos abertos. Quando um dos diretores deste jornal aludia a uma carta de um eclesiástico que qualificava de “comunista” alguns elementos cristãos empenhados em levar à prática a doutrina social do Evangelho, S. Excia. replicou com vivacidade: “Nós não devemos ter receio de ser qualificados de comunistas. Afinal, Jesus Cristo não foi chamado de endemonhado? O discípulo não pode pretender ser maior que o Mestre.”

A seguir, ao comentar a recente visita do genro de Kruschew ao Papa, o Cardeal ressaltou a atitude de S. S., que apontou como ideal: firmeza na afirmação da verdade e caridade suave, compreensão magnânima em relação às pessoas, mesmo quando colocados em campo oposto ao mesmo. (*Brasil, Urgente*, 1963, p.12).

²⁴ O formato de BU era de um tablóide de 20 páginas, e sua estrutura definitiva se deu com o nº 17, de 7 de julho de 1963, quando retirou algumas seções como horóscopo, notícias policiais, quadrinhos e página feminina. As seções eram: editorial; nota do secretário de redação; artigos de frei Carlos, Dorian Jorge Freire, Roberto Freire, cobertura de acontecimentos nacionais e internacionais. Teve seções especiais de caráter político, como: Cartilha da Reforma e ABC Social Cristão. Para além, publicava a correspondência dos leitores de todo o território nacional, seções de teatro, literatura, cinema, artes plásticas e televisão, onde figuravam colaboradores de destaque na intelectualidade paulista: Antônio Abujamra, Lygia Fagundes Telles, Paulo Emílio Salles, Aracy Amaral e Walter Negrão. Contou ainda com coluna de Música Popular Brasileira, esportes e humor, esta última apresentava textos de Arapuá e desenhos de Claudius. A partir do seu número 25, publicou o Destaque da Semana, onde se transcrevia artigos de outros jornais, de jornalistas de orientação política próxima de BU, em especial artigos de Alceu Amoroso Lima, que não era colaborador direto do jornal.(BOTAS, 1983, pp. 221-22).

A matéria busca ressaltar o apoio do Cardeal às iniciativas dos militantes católicos engajados nos movimentos pró-reformas, e arremata sugerindo que até mesmo o Papa seria receptivo aos comunistas, o que de certa forma demonstra que os redatores do jornal tentavam diluir as fortes disposições anticomunistas cultivadas há décadas nos meios católicos, e em especial naquele contexto. Se por um lado, os discípulos de Jesus Cristo não deveriam temer a acusação de comunista (tendo em vista que o próprio Mestre fora caluniado), por outro, a postura dos cristãos frente aos comunistas não deveria ser de repúdio, a exemplo da própria postura do Papa.

No mesmo número de BU, outra autoridade eclesiástica era evocada em matéria intitulada “JÁ PASSOU A ERA DOS ‘BONZINHOS’”, referente ao pronunciamento de D. Hélder Câmara na cidade de São Paulo, durante uma reunião de religiosos no auditório da Faculdade *Sedes Sapientiae*, ocorrida em 12 de março de 1963, que teve o objetivo de discutir o *Plano de Emergência* da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). Este plano foi elaborado a pedido do próprio Papa, com o intuito de responder à situação conflituosa entre trabalhadores rurais e proprietários de terras que se instalava principalmente no nordeste brasileiro. A matéria publicava as análises de D. Hélder sobre os tópicos de plano de emergência, e destacava as palavras do secretário-geral da CNBB: “a era dos bonzinhos já passou e temos de desenvolver os que discordam e discutem”, “é indispensável a sindicalização autêntica e não a formação de pelegos de bispos”; “os maiores propagandistas do comunismo são os reacionários que apontam como comunismo toda sede de justiça” (Ibid., p. 13).

Ainda no primeiro número de BU, outra matéria intitulada “UNE. Aliança Povo-Estudantes assusta classes dominantes”, divulgava uma entrevista do apista Vinícius Caldeira Brant, presidente da UNE. A entrevista tinha como tema de fundo a Revolução Cubana, mas é bastante claro que o espaço do jornal era utilizado para divulgar argumentos defensivos de Vinícius frente às acusações que lhe endereçava a grande imprensa, em especial a *Folha do Estado de São Paulo*:

Antes mesmo de eu ser eleito – declarou – alguns jornais já me atribuíam declarações. Inventaram, por exemplo, que eu pretendia que se transplantasse para o Brasil o regime de Cuba e da Iugoslávia. Dias depois, essa afirmação era modificada. Diziam ter sido uma proclamação feita em meu discurso de posse. Pouco depois, já era um boletim “confidencial”, divulgado a meio mundo, que apresentava a tese, não como declaração minha, mas como um plano secreto que eu teria traçado em companhia de Fidel Castro e Julião. Certamente, daqui a alguns dias, afirmarão que tal plano foi elaborado com Krushev e Mao Tsé-Tung. E talvez haja ingênuos que acreditem.[...] Não há dia em que certos jornais deixem de caluniar a UNE. Não há dia em que falte uma mentira ou distorção desses jornais em relação à UNE. Por isso mesmo, a cada dia, aumenta o descrédito desses órgãos de opinião. O futuro dirá quem tem razão. Quanto ao que nos cabe de que a missão do cristão inclui, necessariamente, o “ser odiado pelo mundo”. Esse mundo da opressão, da miséria e do antievangelho” – concluiu Vinícius Caldeira Brant. (Ibid., p. 17).

Com essa entrevista de Vinícius, seria a segunda vez que, em um mesmo número do jornal, o leitor encontraria um discurso fortemente defensivo, tendo como ponto nodal o atrelamento dos militantes da esquerda católica à figura bíblica do cristão como uma vítima injustiçada e perseguida. O símbolo maior disso seria a própria narrativa da “Paixão de Cristo”, representando “o ser caluniado” como mais um elemento do destino inexorável daqueles que escolheram seguir uma vida cristã. Entendemos que esta representação buscava construir uma espécie de escudo cristão contra a acusação de comunismo. Num certo sentido, essa estratégia não deixa de conter certa ambigüidade, pois, acabava reconhecendo o caráter pejorativo imputado ao termo “comunista” por seus antagonistas. Ao mesmo tempo, a argumentação do presidente da UNE tem clara intenção de desqualificar o discurso oponente, por meio da utilização da ironia e da enumeração de evidências de um verdadeiro complô contra a UNE, apresentando ao leitor o teor miraculoso das afirmações contidas em matérias que buscavam delatar as ligações de Vinícius com o regime cubano.

No segundo número de BU, de 24 de março, em matéria relativa à confraternização do lançamento do jornal, ocorrida um dia antes nas dependências de sua redação, o jornal estampava: “CARDEAL DIZ AMÉM”, e relatava:

Pouco antes de entronizar o Crucifixo na redação de BU, o Cardeal Motta, respondendo à saudação de Frei Carlos Josaphat, afirmou sob os entusiásticos aplausos dos presentes: (homens e mulheres de todas as classes sociais, líderes operários, estudantis, das várias denominações cristãs e das classes produtoras) “Frei Carlos pediu que eu dissesse, em uma palavra o que acho do vosso trabalho. Pois bem, aqui está esta palavra: AMÉM”. (*Brasil, Urgente*, 1963, p. 9).

Mais uma vez, a figura da autoridade eclesiástica era evocada, afirmando de modo contundente a aprovação do cardeal ao trabalho de frei Carlos. O modo enfático com o qual é apresentado o termo “AMÉM”, por meio da expressão “em uma palavra” que lhe precede, produz um efeito de aprovação total ao jornal e ao seu conteúdo. O redator da matéria também enfatizou o caráter não classista, popular e ecumênico do jornal, por meio da enumeração “de todas as classes sociais” que presentes no evento participavam com seus “entusiásticos aplausos”. No mesmo número, BU publicava uma entrevista do padre Francisco Lage, importante assistente da JUC de Belo Horizonte-MG e muito atuante no processo de inserção política dos estudantes no movimento estudantil. A matéria apresentava uma pequena biografia de padre Lage, enfatizando aspectos abonadores de sua formação religiosa, do comprometimento social e da liderança popular do entrevistado, que:

[...] ordenou-se lazarista após ter feito o curso de Teologia em Petrópolis. Dessa matéria, foi professor em Mariana e em Salvador. Depois disto, foi vigário da Vila dos Marmiteiros, onde organizou os favelados contra uma ordem de despejo coletivo. Mais tarde, fundou a associação de Defesa Coletiva que, depois se transformou na Federação dos Trabalhadores Favelados de Belo Horizonte,

estendendo suas atividades por 40 outras favelas da Capital Mineira. A luta do padre Lage, em defesa dos humildes, não parou por aí. Posteriormente, missionário no Vale do Rio Doce, tomou contato com a miséria do camponês. Dois anos depois, regressava o padre Lage a Belo Horizonte, como titular de uma paróquia no centro, mas participando de todos os movimentos reivindicatórios da cidade. (Ibid., p. 15).

O padre Lage, contando com esse histórico, foi eleito deputado federal pelo PTB mineiro nas eleições de 1962. Perguntado pelo jornal o motivo de sua escolha pelo PTB, sua resposta foi:

Escolhi o PTB porque admiti que é impossível fazer política operária sem os operários. E os operários, pelo menos em meu Estado, votam no PTB. Não me decepciono com este partido. Como todos os outros, acha-se viciado das mazelas políticas que têm caracterizado a nossa vida pública. Mas, além daquela vantagem decisiva que citei, o PTB tem tido uma orientação realmente popular. (Ibid., p. 15).

O jornal também pergunta sobre a relação de padre Lage com o PCB. Sua resposta contém argumentos bastante recorrentes nos documentos e declarações dos integrantes da esquerda católica, ou seja, a coincidência momentânea de suas orientações políticas com as do PCB:

Disse uma vez, a revista muito lida, que não somos obrigados a errar porque os comunistas acertam. Em geral, em matéria econômica, enquanto não tomaram ainda o poder, os comunistas acertam. Em tática de luta, também. Se as duas maiores causas do subdesenvolvimento são a espoliação de que somos vítimas pelo capital estrangeiro e a estrutura feudal e opressora da agricultura, são estes os males que teremos de atacar primeiro, pouco nos importando se esta é ou não uma posição comunista. Teremos de lutar a mesma luta deles, apesar de divergirmos frontalmente nos motivos fundamentais e finalidades últimas de nossa atividade. (Ibid., p. 15).

No quarto número, de sete de abril, BU transcrevia matéria publicada na *Folha do Estado de São Paulo*, onde Alceu Amoroso Lima (apresentado por BU como um reconhecido intelectual católico) declarava publicamente seu apoio ao jornal, identificando o jornal como órgão humilde, porém, independente dos interesses do capital e fiel à “verdade”(dos fatos sociais) e à “Verdade”(do cristianismo). Interessante como a caracterização do jornal é entrelaçada a um afastamento dos comunistas, preocupação constante da esquerda católica:

Os comunistas costumam negar cinicamente a possibilidade de uma imprensa livre, pois dizem ser toda imprensa obrigada ao financiamento “pelo dinheiro ou pelo Estado”. Contra esse cinismo, na sombra da verdade que possa conter, é que se ergue valorosamente um jornal como este, que se utiliza daqueles “meios pobres” a que se refere Jacques Maritain, para realizar o mais rico dos propósitos – o de servir a verdade ao povo e de levar o povo à Verdade. Que Deus dê forças aos bravos lançadores do novo periódico e convença os seus leitores da necessidade de contribuírem com a “cota chica”, como dizem os hispano-americanos, para que “Brasil, Urgente” não pereça como outras iniciativas autenticamente desinteressadas e necessárias, do “mal dos três números”... (*Brasil, Urgente*, nº 4, 07/04/1963, p. 5).

O quinto número de BU voltava a apresentar uma identificação dos militantes da esquerda católica, ou todos aqueles que lutavam pelas reformas de base, com a imagem de Jesus Cristo. Em matéria de três páginas não assinada, BU destacava a afirmação: “Porque ele pregava uma

verdade divina. Imperialismo matou Jesus”. O texto, cuidadosamente, por meio de uma narrativa do contexto histórico onde se deu a pregação de Jesus de Nazaré, levava o leitor a identificar aquele contexto com o contexto político brasileiro do presente, e a equiparar a pregação de Jesus com a própria “pregação” de BU. Em destaque, apresentavam-se as afirmativas sobre a crucificação de Jesus: “Foi morte Política”, “Cristo era ameaça aos privilégios”, “RICOS MATARAM”.²⁵ Ainda no mesmo número, em harmonia com a matéria que lhe precede, frei Carlos publicava o artigo “Caridade e Agressividade”, onde apresentava, com citações bíblicas, uma imagem de Jesus Cristo como um verdadeiro ativista político, que utilizava inclusive o recurso da agressividade para combater as injustiças de seu tempo:

O exemplo de Jesus Cristo é aqui decisivo. Não se limitou a condenar o mal em tese e de maneira vaga “dando nome aos bois”, ergueu sua voz nas praças, gritando para o povo e para o interessados: “desgraçados de vós fariseus hipócritas, pois multiplicais orações e devorais as casas dos órfãos e das viúvas”, “desgraçados de vós escribas e fariseus, pois pagais o dízimo o imposto sagrado, das miudezas insignificantes, mas deixais de lado o que é essencial na Lei: a lealdade, bondade e a justiça”. Seriam os belos e longos capítulos 23 a 25 de S. Mateus que haveríamos de aqui citar. Esses episódios decisivos que precedem e explicam o desfecho do drama de Jesus Cristo. (Ibid., p. 9).

Podemos conjecturar que já se anuncia neste artigo o conflito que viveria frei Carlos em função de seu engajamento. O modo como frei Carlos abre o artigo, pode ser interpretado como uma resposta àqueles que por ventura o acusavam de “radical”. Este artigo, não parece ter a intenção de combater “as forças do privilégio”, mas sim de responder aos setores católicos mais “moderados” do clero e laicato, e mais ainda aos católicos “tradicionais”, que certamente lhe criticavam. Dessa forma, frei Carlos equiparava sua atitude com a de Jesus, que “dando nomes aos bois, ergueu sua voz nas praças”, e identificava seus críticos com os “escribas e fariseus”, estes últimos personagens bíblicos que personificam a falsidade²⁶; o “farisaísmo”, segundo o frei, se escondia por traz da prática daqueles que se contentavam apenas com o pagamento do dízimo à Igreja, mas que abandonavam a causa cristã maior: da “lealdade, bondade e justiça”. Frei Carlos continua:

É preciso não esquecer, ao entrar em Jerusalém, na hora de seu sacrifício supremo, Jesus foi terno até as lágrimas. Mas foi igualmente intransigente até o chicote. Em cada momento da história é preciso que a cristandade contemple Jesus Cristo tal qual ele é. Lágrimas nos olhos e chicote nas mãos. A agressividade brotada do ódio e motivada no ressentimento é negação do Evangelho. Mas também a passividade diante do mal. A incapacidade de se unir para enfrentar a injustiça triunfante. Contentar-se com suspiros e lamentações face à iniquidade que

²⁵ *Brasil, Urgente*, nº 5, 14/04/1963, pp. 5-7.

²⁶ O qualificativo “farisaico”, recorrente no discurso católico, também foi utilizado por frei Carlos em artigo anterior, “Democracia e Farisaísmo”, onde o autor escrevia: “Nada mais triste do que uma sociedade ‘farisaicamente cristã’, “O farisaísmo não é uma fragilidade pessoal – que mereceria, sem dúvida compreensão e indulgência – mas sim, um endurecimento de camadas sociais apegadas aos seus interesses, ao seu prestígio, aos seus privilégios. É a socialização da mentira, impregnando famílias, grupos, castas, classes e raças.” In: *Brasil, Urgente*, nº 2, 24/03/1963, p. 9.

domina em toda a parte. Essa cumplicidade de formas infinitamente diversas com a desumanidade vem ser a prova provada e irrecusável da falta de amor, da total ausência da caridade de Jesus Cristo que o levou a morte. (*Brasil, Urgente*, nº 5, 14/04/1963, pp. 5-7).

Em seu terceiro número, de 31 de março, um artigo assinado por Dorian Jorge Freire, intitulado “Solidariedade a CUBA”, é sintomático do comportamento geral das esquerdas naquele momento, ou seja, de denunciar as vacilações de Goulart em tomar posições claras em relação às demandas das esquerdas. O pano de fundo do artigo é a repercussão política da atitude do governador da Guanabara Carlos Lacerda (União Democrática Nacional - UDN), que foi um dos principais articuladores civis do golpe de 1964. Lacerda havia proibido a realização, naquele mês, do *Congresso Internacional de Solidariedade a Cuba* na capital carioca. Dorian Jorge expressava, no texto, o apoio à Revolução Cubana, mas não aprovava o regime instalado na ilha caribenha, que, segundo ele, era “marxista-leninista”. Entretanto, o jornalista se via obrigado a aceitar o fato, segundo seu apego ao princípio da “autodeterminação dos povos”. Por meio da crítica da atitude de Goulart sobre o episódio do congresso pró-Cuba, o colunista de BU tecia uma imagem do presidente como um político dúbio e não digno de crédito:

Já as atitudes de Jango deixaram a desejar. O presidente não fugiu à linha cômoda da dubiedade, pródiga em avanços e recuos, hoje garantindo a reunião, amanhã dizendo, através do decepcionante Hermes Lima, ser inoportuno o congresso e criando dificuldades ou simplesmente negando visto a homens como Bertrand Russel e Sartre que viriam participar do encontro. Daí a oportunidade da pergunta de Sergio Magalhães: “Quem é o presidente da República, Jango ou Lacerda?” Até quando o presidente dançará nas duas áreas, será Pelé e Garrincha, ao mesmo tempo, em jogo Santos-Botafogo, é coisa que cedo veremos. Mesmo porque não se serve a dois senhores e a lei proíbe bigamia. O povo prefere as atitudes claras. Lacerda é um corajoso na defesa do neofacismo, do gorilismo, do autocratismo udenista, dos privilégios que sustentam uma casta que o promove. Igual bravura não encontramos em Jango. Mesmo porque o Jango da amanhã, dificilmente é o Jango da tarde e nunca é o Jango da noite. (*Brasil, Urgente*, nº 3, 31/03/1963, p. 10).

O mesmo articulista voltava ao tema no já citado quinto número de BU, de 14 de abril. Por meio de artigo intitulado “Falando francamente”, expressava as razões do alinhamento do jornal à liderança de Brizola. Para isto, valia-se de uma análise da personalidade das principais figuras públicas atuantes no contexto. O centro da argumentação é a credibilidade e sinceridade dos políticos:

O que melhor caracteriza os nossos homens públicos é a ausência de sinceridade. Poucos são os que têm a coragem de externar o seu pensamento, sem escondê-los atrás de artifícios verbais ou convencionais mentiras. Sou levado a crer que, no momento, apenas dois estão falando sinceramente. O governador Carlos Lacerda e o deputado Leonel Brizola. Discorde-se dos dois, de seus métodos e posições, mas não se negue que não mentem ao País. Lacerda prega a subversão da ordem democrática, na convicção de que por meio dela conseguirá impedir as reformas de base, chegar à vitória do direitismo neofacista e ao gozo do poder. Brizola, incompatibilizado com o “status quo”, defende a reformulação total da vida brasileira, na crença que de outra forma, o Brasil não conseguirá a plenitude de seu

desenvolvimento e uma independência concreta face de outros povos. Os outros, em proporção maior ou menor, tergiversam, driblam, fazem contorcionismo no que antes era uma corda bamba e no que hoje é uma corda de tal forma tensa, que poderá romper-se a qualquer instante. (*Brasil, Urgente*, nº 5, 14/04/1963, p. 10).

Com essa introdução, o articulista demonstra raciocinar com uma estrutura triádica (direita-centro-esquerda) das posições ocupadas pelos políticos. Lacerda, sinceramente à direita, Brizola, sinceramente à esquerda. Já Jango:

Veja-se a semana que atravessamos. O espetáculo circense prosseguiu, num desafio à paciência nacional prestes a esgotar-se e à solenidade da Semana Santa que a humanidade vive. Em pouquíssimos dias, tivemos três pronunciamentos presidenciais, Jango falou no Rio Grande do norte, falou em Marília e falou aos moços do Largo de São Francisco. A oração aos potiguares deixou impressão de que abandonara a ambigüidade, para afirmar-se integrado na luta nacional de repulsa às tramas golpistas e de trabalho em favor das reformas populares. Em seguida, falou em Marília e mereceu o aplauso de Adhemar, porque falou a linguagem da direita. De centro-direita se preferirem.

Na hospitalidade adhemarista teria o presidente encontrado a conversão e voltado a ser o “João Bom Senso”? A dúvida persistiu até o dia seguinte, quando aos acadêmicos de Direito de São Paulo, repetiu o discurso de Natal o oposto daquilo que na véspera, em voz tremula de orador da “belle époque”, dissera, para perplexidade da Nação, na cidade de Marília, justificando a estranheza de Adhemar em face da instabilidade presidencial. Há coerência nos pronunciamentos de Lacerda e Brizola. Deixe-se de ouvir orações dos dois e não se deixará de conhecer a essência de seus pensamentos. Com Jango, não. Porque o presidente é tão volúvel como uma romântica menina-moça do início do século. (Ibid).

Aproveitando o tema da incoerência, que o articulista defende ser característica da personalidade de Jango, Dorian Jorge refere-se aos resultados da *Convenção de Águas da Prata* do PDC, realizada no mês de março: “No PDC, vencem as teses progressistas, mas se entrega o partido a um hesitante como Ney Braga e a um reacionário tradicional como Juarez Távora”. (Ibid). Como visto, a argumentação apresentada estrutura-se de modo a convencer os leitores de que, no contexto, somente seriam coerentes as posições polares do *campo político*, personificadas pelas figuras de Lacerda, Adhemar e Juarez Távora (direita) e Brizola (esquerda), já a posição de centro, seria a não posição, a incoerência, a hesitação, personificados por Goulart e Ney Braga, este último governador do Paraná e recém eleito Presidente Nacional do PDC. No texto, a única figura a quem não se aplica adjetivos negativos é Brizola, que é apresentado como coerente, “incompatibilizado com o *status quo*” e realmente defensor das “reformas populares”. Mas restava o problema da identificação de todos que defendiam as reformas com o comunismo, questão a qual o jornalista não poderia terminar o artigo sem se manifestar, o que fez juntamente com o anúncio de um desfecho violento da situação brasileira:

O Brasil faz as vezes da velhinha que caída no fogo, pede água para salvar-se e recebe óleo a alimentar a fornalha. E quem agita esta Nação não é o comunista, que se ele existe é de uma penosa insignificância. São os homens responsáveis ou que responsáveis deveriam ser. É Adhemar ocupando a televisão para agravar a crise, espalhar boatos, deturpar fatos [...] E o povo que estoure e morra. Porque é das suas cinzas que esses brasileiros transviados querem erguer o Brasil deles, o

Brasil dos privilégios, da falta de liberdade, da sujeição ao estrangeiro e da ausência de dignidade. (Ibid).

O BU teve 55 números semanais publicados, dos quais os 24 primeiros tiveram frei Carlos como seu diretor. Embora a organização e manutenção de BU fosse obra de leigos, era indisfarçável a vinculação do jornal à Província Dominicana de São Paulo, e, portanto, com a Igreja Católica, em função da participação contundente de frei Carlos. Quando BU inseriu-se de forma nítida ao lado da frente pró-reformas, difundindo um contra-discurso político/religioso à grande imprensa atrelada aos interesses “do privilégio”, imediatamente, o jornal tornou-se alvo de uma campanha difamatória de seus antagonistas, dentro de um processo similar ao ocorrido com a JUC em 1960. Com efeito, a hierarquia da Igreja e particularmente a Ordem Dominicana são enredadas no conflito, encontrando a solução de convidar frei Carlos a se retirar do país, e partir para estudos na Europa em dezembro de 1963. Os 55 números de BU expressam as estratégias, tomadas de posição e alinhamentos políticos da esquerda católica junto à frente pró-reformas, considerando que:

[...] o funcionamento do jornal era viabilizado por profissionais: funcionários administrativos e especialmente pelo trabalho de dois jornalistas, Dorian Jorge Freire e Josimar Moreira de Mello, ambos vindos do jornal Última Hora, tendo como diretor administrativo Ruy do Espírito Santo. Entretanto, *nas quintas feiras se reuniam os representantes dos grupos ligados ao jornal para definir os assuntos, os destaques e o direcionamento a ser dado na redação dos artigos*. Na sexta-feira, os jornais eram preparados, no sábado embarcados para as grandes cidades do país, onde chegavam com a data de domingo para serem distribuídos. (ANTUNES, 1999, pp. 23-24, grifo nosso).

Sobre BU, é necessário ainda ressaltar sua importância para a AP. Com o esforço da hierarquia católica e da Província Dominicana em desmobilizar o jornal em função de seus alinhamentos - mais à esquerda do que talvez previam no momento de sua criação -, BU passa a sofrer uma crise financeira. Já no período final de existência do jornal, com intensa participação dos militantes da AP, organizaram-se grupos chamados de Sociedade Amigos de Brasil, Urgente (SABUS). Esses grupos passaram a vender bônus especiais e assinatura de apoio. Nas universidades os estudantes faziam rifas, bailes, shows e teatro para angariar fundos. Também o bispo de Santo André D. Jorge Matos doava seu báculo de prata para BU. Paulo de Tarso e o cônego Milton Santos de Campinas, juntamente com os demais diretores do jornal, realizam conferências sobre a “Revolução Cristã”, com o intuito de mobilizar uma arrecadação de fundos.

As SABUS iam tomando feições de um movimento social, realizando piquetes e pichamentos acompanhados da venda do jornal nas fábricas, filas de ônibus, bondes, feiras livres e praças. Segundo afirmação de Botas (1983, p. 278), este trabalho “visava, em curto prazo, a criação de um novo partido dirigido pela Ação Popular”. Essa afirmação vem corroborar com o

depoimento de Plínio de Arruda Sampaio²⁷ que, em fevereiro de 1964, juntamente com Paulo de Tarso e Almino Afonso do PTB, apresentou-se em uma reunião da AP no Rio de Janeiro, para compor aquilo que ele chamou de “fração parlamentar da AP”, ou seja, são evidências de que a AP caminhava no sentido de constituir-se como um partido que disputaria as eleições de 1965.

5 - Esquerda católica pré-1964: um esboço histórico-conceitual.

Pudemos evidenciar a composição dos grupos representantes da esquerda católica nos vários espaços de militância das esquerdas naquele contexto, e o estabelecimento do esboço de uma divisão social do trabalho político, que, em conjunto, acumulava um significativo *capital político*. Isso justifica o interesse de Goulart em conquistar o apoio dos grupos da esquerda católica, principalmente dos elementos da esquerda do PDC, parlamentares ativos na FPN, mas também da AP, hegemônica no movimento estudantil e na UNE. Entretanto, a certa altura do processo de polarização política, sobretudo após a derrota da emenda da reforma agrária no Congresso Nacional, em 1963, os grupos da esquerda católica, pelo que pudemos analisar, engrossaram as fileiras da oposição mais à esquerda do presidente, disputando com o PCB a hegemonia na frente pró-reformas, compondo-se com suas forças na FPN e FMP sob liderança de Brizola. Após o golpe civil-militar de 1964, o discurso e as práticas políticas forjadas pelos militantes da AP num *campo político* democrático estruturado nos moldes da Carta Constitucional de 1946, levaram os dirigentes desta organização a readaptar sua inserção política, considerando a luta armada a estratégia necessária para fazer frente ao Regime Militar que se instalava no Brasil.

As performances discursivas da esquerda católica e da AP do pré-golpe conseguiram demonstrar que a religião pode ser fomentadora de um engajamento político combativo às injustiças sociais; que não são poucas as antinomias entre capitalismo e cristianismo; que o ideário social cristão pode ser harmônico com um projeto de construção de uma sociedade mais igualitária, a qual podemos ainda chamar de socialismo democrático. Ao encerrar este artigo podemos propor um esboço histórico-conceitual da *esquerda católica* pré-1964: o conjunto de organizações e movimentos políticos oriundos dos espaços de militância leiga e eclesial, que se valeram do *capital político* (simbólico e institucionalizado) da Igreja Católica brasileira, identificados com o humanismo cristão francês e com o socialismo democrático (não comunista), inserindo-se à esquerda no campo político nacional, juntamente com as demais organizações marxistas, na luta pelas reformas sociais de caráter nacional-estatista nos anos de 1960 a 1964.

²⁷ Entrevista concedida ao autor em 13/11/2006.

Referências

- ANTUNES, M. F. M.. *O “Projeto” de Brasil da esquerda católica expresso no semanário “Brasil, Urgente”*. (Dissertação de mestrado), FFCH/USP, 1999.
- BANDEIRA, M.. *O Governo João Goulart: as lutas sociais no Brasil (1961-1964)*. 7ª ed. revista e ampliada. Rio de Janeiro: Revan; Brasília: Ed. UnB, 2001.
- BEOZZO, J. O.. *Cristãos na universidade e na política*. Petrópolis: Ed.VOZES, 1984.
- BOURDIEU, P.. *A representação política: elementos para uma teoria do campo político*. In: Bourdieu. P. *O Poder Simbólico*. 6ª ed.. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.
- BOTAS, P. C. L.. *A Bênção de Abril – “Brasil, Urgente”: memória e engajamento católico no Brasil (1963-64)*. Petrópolis: Vozes, 1983.
- BUSETTO, A.. *A democracia cristã no Brasil – princípios e práticas*. São Paulo: Ed. UNESP, 2002.
- DIAS, R. *Sob o signo da revolução: a experiência da Ação Popular no Paraná*. Maringá: EDUEM, 2003.
- FERREIRA, J.. *O governo Goulart e o golpe civil-militar de 1964*. In: FERREIRA, J.; DELGADO, L. A. N. (Orgs.). *O tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, pp. 343-403. (O Brasil republicano; v.3).
- FLORIDI, U. C.. *O radicalismo católico brasileiro*. Rio de Janeiro: Hora Presente, 1973.
- GALLEJONES, E (S. J.). *AP – Socialismo brasileiro*. Rio de Janeiro: Centro de Informação Universitária, 1965.
- GAVIÃO, F. P. *A “esquerda católica” e a Ação Popular (AP) na luta pelas reformas sociais (1960-1965)*. (Dissertação de Mestrado em História), IFCH-UNICAMP, Campinas, 2007
- KADT, E.. *Catholics radicals in Brazil*. Londres: Oxford University Press, 1970.
- _____. *Católicos radicais no Brasil*. João Pessoa: UFPB, 2003.
- LIMA, L. G. S.. *Evolução política dos Católicos e da Igreja no Brasil: Hipóteses para uma interpretação*. Petrópolis: Vozes, 1979.
- LIMA, H.; ARANTES, A.. *História da Ação Popular: da JUC ao PC do B*. 2ª ed. São Paulo: Alfa-Omega, 1984.
- MARZON, I. A.; JANOTTI, M. L. M.; BORGES, V. P.. *A esfera do político na produção acadêmica sobre São Paulo*. In: FERREIRA, A. C.; De LUCA, T. R.; IOKOI, Z. G.. *Encontros com a História: percursos históricos e historiográficos*. São Paulo: E. UNESP, 1999. (Prismas).
- MENDES, C. *Memento dos vivos: a esquerda católica no Brasil*. Rio de Janeiro: Tempo brasileiro, 1966.

OLIVEIRA JR., F.. *Paixão e Revolução: capítulos sobre a história da AP*. (Tese de doutoramento em História), CFCH - UFPE, 2000.

OLIVEIRA, M.. *Militantes operários e operários militantes: a experiência da “integração na produção” na história da Ação Popular – ABC Paulista (1965-1970)*. (Dissertação de mestrado) IFCH - UNICAMP, 2005.

POCOCK, J. G. A.. *Linguagens do ideário político*. São Paulo: Edusp, 2003.

REIS FILHO, D. A.. *A revolução faltou ao encontro – Os comunistas no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1990.

_____. *Entre a Reforma e a Revolução: A trajetória do Partido Comunista no Brasil entre 1943 e 1964*. In: _____; RIDENTI, M. (Orgs.). *História do Marxismo no Brasil: Partidos e organizações dos anos 20 aos 60*. v. 5. Campinas: Ed. Unicamp, 2002, pp. 69-102.

RIDENTI, M. *O fantasma da revolução brasileira*. São Paulo: Ed. Unesp, 1993

_____. *Ação Popular: cristianismo e marxismo*, In: REIS FILHO, D. A. & RIDENTI, M.. *História do Marxismo no Brasil v. 5: Partido e organizações dos anos 20 aos 60*. Campinas: Ed. Unicamp, 2002. p. 213-282.

SALES, J. R.. *O impacto da revolução cubana sobre as organizações comunistas brasileiras (1959-1974)*. (Tese de doutoramento em História) IFCH - UNICAMP, 2005.

SANFELICE, J. L.. *Movimento estudantil: a UNE na resistência ao golpe de 64*. São Paulo: Cortez, 1986.

SANTOS, P. T.. *64 e outros anos: depoimento prestado a Oswaldo Coimbra*. São Paulo: Cortez, 1984.

SEMERARO, G.. *A primavera dos anos 60 – A geração de Betinho*. Rio de Janeiro: Loyola, 1994.

SIGRIST, J. L.. *A JUC no Brasil – evolução e impasse de uma ideologia*. Piracicaba: Cortez, 1982.

SOUZA, A. M.. *Frades dominicanos de perdizes: movimentos de prática política nos anos de 1960 no Brasil*. (Dissertação de mestrado em História) FFLCH-USP, 2003.

SOUZA, L. A. G.. *A JUC – os estudantes católicos e a política*. Petrópolis: Vozes, 1984.